

Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

## **Dilma Rousseff**

Presidenta da República

## **Michel Temer**

Vice-Presidente da República

## **Ideli Salvatti**

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de  
Direitos Humanos da Presidência da República

## **Claudinei do Nascimento**

Secretário Executivo da Secretaria de  
Direitos Humanos da Presidência da República

## **Antonio José Ferreira**

Secretário Nacional de Promoção dos  
Direitos da Pessoa com Deficiência



Brasília, 2014

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH**

**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SNPD**

Setor Comercial Sul - B - Quadra 9 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre "A"

CEP: 70308-200 - Brasília-DF - Brasil

Telefones: +55 (61) 2027-3684 - Fax: +55 (61) 2027-9747

E-mail: [peessoacomdeficiencia@sdh.gov.br](mailto:peessoacomdeficiencia@sdh.gov.br)

**[www.direitoshumanos.gov.br](http://www.direitoshumanos.gov.br)** · **[www.peessoacomdeficiencia.gov.br](http://www.peessoacomdeficiencia.gov.br)**

© 2014 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Reprodução autorizada, desde que citada a fonte de referência e que não seja para fins comerciais.

Impresso no Brasil · *Printed in Brazil.*

Tiragem: 50.000 exemplares (1ª Edição), distribuição gratuita.

**REDAÇÃO E EDIÇÃO DE TEXTO:**

Ex-Libris Comunicação Integrada

**editor responsável** Jayme Brener

**redação** Renan Perondi

**reportagem** Fernanda Mira e Nathalia Nicola

**consultoria** Daniela Karmeli



**PRODUÇÃO:**

**fotografias** Acervo SECOM, Acervo SDH/PR, Daniel Dino, Jefferson D. Modesto, Jéssica Mendes, Jorge Amaro e Yusseff Abraham.

**descrição de gráficos e tabelas no formato acessível** Jorge Amaro e Rodrigo Abreu de Freitas Machado

**coordenação** João Paulo Gurgel

**edição** Luiza de Andrade Penido

**projeto gráfico, diagramação e capa** Daniel Dino

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com /  
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  
(SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da  
Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE -  
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência : SDH-PR/  
SNPD, 2014.

180 p.

1. Acessibilidade, Legislação, Brasil. 2. Pessoa com Deficiência,  
Legislação, Brasil. I. Título, Leis, etc.

CDD 323.362.4

# Sumário

## Apresentação

Uma grande conquista de toda a sociedade .....	9
--	---

## Parte 1 | Contexto Histórico do Plano Viver sem Limite

Capítulo 1   Processo histórico de construção do primeiro Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência   Viver sem Limite .....	15
Capítulo 2   O desafio da construção de uma política intersetorial e transversal.....	27
Capítulo 3   A participação da sociedade civil organizada na elaboração e monitoramento do Viver sem Limite.....	43
Capítulo 4   A relação dos entes federativos e os reflexos do plano nas políticas estaduais e municipais.....	53

## Parte 2 | Conteúdo do Plano - Contribuições dos Eixos

Capítulo 5   Contribuições do Viver sem Limite para a política de educação inclusiva .....	63
Capítulo 6   Contribuições do Viver sem Limite para a política de saúde.....	83

Capítulo 7   <b>Contribuições do Viver sem Limite para a política de assistência social</b> .....	99
Capítulo 8   <b>Contribuições do Viver sem Limite para as políticas de estruturação e desenvolvimento de pesquisa e tecnologias assistivas</b> .....	111
Capítulo 9   <b>Contribuições do Viver sem Limite para as políticas de acessibilidade</b> .....	127

### Parte 3 | **Processo de Gestão do Plano Viver sem Limite**

Capítulo 10   <b>Gestão compartilhada da coordenação do Viver sem Limite</b> .....	137
Capítulo 11   <b>Instrumentos e mecanismos de gestão da informação</b> .....	145

### Parte 4 | **Outras Ações e Políticas Públicas**

Capítulo 12 - <b>Ações complementares do Governo Federal pelos direitos de pessoas com deficiência</b> .....	151
--	-----

### **Conclusão**

<b>Conquistas para o presente, legado para o futuro</b> .....	175
---	-----





# Uma grande conquista de toda a sociedade

**É** com muito orgulho que a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, traz a você este livro, com o objetivo de realizar um registro sobre a elaboração, a implementação e o monitoramento do **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite**.

O Viver sem Limite é uma grande conquista de toda a

sociedade brasileira e não apenas dos movimentos e das pessoas com deficiência. Além de ser o primeiro plano federal implantado com a missão de promover os direitos das pessoas com deficiência, o Viver sem Limite criou novas políticas públicas, articuladas em quatro eixos temáticos: Acesso à Educação; Atenção à Saúde; Inclusão Social e Acessibilidade. Outra inovação do plano foi seu enfoque transversal, em um esforço que envolveu

15 ministérios –, contando com a adesão de 25 estados e do Distrito Federal, assim como de mais de mil municípios, induzindo à criação de planos estaduais e municipais voltados ao tema.

A ideia do livro é servir de referência para a população em geral, sociedade civil organizada, pesquisadores, estudantes e gestores públicos que queiram conhecer de maneira aprofundada as ações do plano. Dividida em três partes e com 12 capítulos, a publicação tenta abarcar o contexto histórico da criação do plano; as ações contidas em cada um dos quatro eixos temáticos e os processos de gestão e monitoramento desenvolvidos para o Viver sem Limite.

Nos primeiros quatro capítulos, relata-se a luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência; a convocação feita pela presidenta Dilma Rousseff para que os ministérios realizassem um plano transversal e intersetorial com recursos das próprias pastas; a participação da sociedade civil na elaboração do plano e as articulações com outros entes da Federação para disseminar o conjunto de ações.

Nos cinco capítulos que formam a segunda parte do livro são abordadas as ações contidas nos quatro eixos do plano. Por meio de entrevistas realizadas com gestores de todos os ministérios envolvidos, são apresentadas as metas e os resultados alcançados.

Como o livro trata de ações destinadas a beneficiar sujeitos de direitos, ao final de cada capítulo você conhecerá o caso de algum brasileiro ou brasileira que tenha sido abarcado pelo plano.

Já os três últimos capítulos do livro abordam os mecanismos de gerenciamento e monitoramento do plano e as ações criadas por ministérios que não estavam originalmente no Viver sem Limite.

Nosso objetivo, ao planejar e desenvolver este livro, foi escapar do relato frio e burocrático de “metas e resultados”, para

apresentar um histórico vivo das raízes, da criação, desenvolvimento e implementação do Viver sem Limite e de seus impactos sobre milhões de pessoas – com ou sem deficiência – em todo o país.

Esperamos que todos aproveitem bem a leitura.

*Antonio José Ferreira*

Secretário Nacional de Promoção dos  
Direitos da Pessoa com Deficiência

*Ideli Salvatti*

Ministra de Estado Chefe da  
Secretaria de Direitos Humanos da  
Presidência da República



“

*Foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência se desenvolveu. Pela primeira vez, elas mesmas protagonizavam suas lutas e buscavam ser agentes da própria história”*

---

Parte 1

# **Contexto Histórico do Plano Viver sem Limite**

---

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



## Processo histórico de construção do primeiro Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência | Viver sem Limite

O debate internacional em torno da pessoa com deficiência disseminou-se por todo o mundo ao longo dos séculos XIX e XX, alimentado pelas guerras, com seu terrível saldo de populações prejudicadas. Surgiram inúmeros movimentos e iniciativas para atender aos tipos de deficiência (física, mental/psicossocial, intelectual e sensorial), mas foi só a partir da década de 1960 e da Guerra do Vietnã que se

verificou, inicialmente nos Estados Unidos, uma politização maior da questão, liderada por movimentos que exigiam do Poder Público a devida atenção ao tema.

Aquele período foi marcado por lutas nas Américas e na Europa pelo reconhecimento dos direitos de grupos considerados marginalizados ou discriminados, assinalando a emergência de um conjunto variado e rico de novos atores sociais no cenário político.

Generalizaram-se, então, os movimentos em defesa dos direitos de mulheres, negros, homossexuais, assim como iniciativas ecológicas e voltadas ao bem-estar dos animais, reivindicando novos espaços.

No Brasil, esses movimentos deram um novo significado ao processo de redemocratização, após duas décadas de regime militar (1964-1985).



## **Pessoas com deficiência**

A opressão contra as pessoas com deficiência manifesta-se historicamente na forma da restrição de seus direitos civis e, especificamente, da limitação imposta pela tutela da família e de instituições. Sempre houve

pouco ou nenhum espaço para que esse segmento da população participasse das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Ao longo de todo o século XX surgiram iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência – especialmente na área educacional e na forma de obras caritativas e assistencialistas. No Brasil, por exemplo, em 1926 foi criado em Canoas (RS) o Instituto Pestalozzi, inspirado no pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), dedicado à educação especial. Em 1954 era fundada, no Rio de Janeiro, a primeira Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). No mesmo ano abria as portas a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).



*Mulheres conversam durante a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*

Mas foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência se desenvolveu. Pela primeira vez, elas mesmas protagonizavam suas lutas e buscavam ser

agentes da própria história, e a mudança de postura “contaminou” positivamente boa parte das entidades que haviam nascido e se espalhado por todo o país nas décadas anteriores.

Esse impulso gerou várias medidas para combater a discriminação e garantir às pessoas com deficiência a igualdade de acesso aos direitos civis, sociais e políticos.

O entendimento sobre o que é deficiência começou a ser alterado, inclusive para as próprias pessoas do segmento. Um passo importante, para o Brasil, foi a criação, em 1986, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (Corde) e, em 1999, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), vinculado ao Ministério

da Justiça, imaginados como caixas de ressonância do conjunto das associações para dentro do Poder Público.

Historicamente, a deficiência

era vista como um impedimento mental ou físico, passível de ser tratado e “resolvido” por meio da ajuda de especialistas, possibilitando que a pessoa se adaptasse à forma como a sociedade se organizava. A consequência era uma

concepção assistencialista, que pouco valorizava a autonomia, a dignidade e a garantia de direitos dos sujeitos. Mas, aos poucos, esse

“ *A opressão contra as pessoas com deficiência manifesta-se historicamente na forma da restrição de direitos civis e da limitação imposta pela tutela da família e de instituições* ”

paradigma foi cedendo espaço para uma concepção que via na exclusão algo gerado pela própria organização social atual, repleta de barreiras físicas e culturais.

Era o começo da transição rumo a uma concepção que encara a deficiência como mais uma característica humana, não como fator que impede cidadãos de terem igualdade de condições e oportunidades diante de qualquer outra pessoa.

A nova concepção passou a demandar mudanças drásticas na forma como o Estado interagia com a questão; as ações das entidades assistencialistas também tiveram que ser reavaliadas; e as próprias pessoas com deficiência puderam se empoderar e começaram a

participar dos debates na esfera pública. Passou-se a se exigir que os ambientes, as formas de comunicação e de transporte fossem transformados para garantir a acessibilidade de todos. Em suma, a meta agora não era mudar o indivíduo com deficiência e, sim, transformar a sociedade para que esse indivíduo tivesse seus direitos garantidos e suas oportunidades, equiparadas aos demais.

O processo exigia que marcos legais fossem estabelecidos para assegurar as mudanças. Um passo fundamental foi dado em 1981, que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou como Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. No ano seguinte foi criado o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência.



*Homem cadeirante fotografa;  
O movimento das pessoas  
com deficiência luta para que  
elas sejam protagonistas  
de sua história*

Já em 1999, a Organização dos Estados Americanos (OEA) editou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.

Esses documentos destacam o direito de o segmento se beneficiar de melhores condições de vida e de oportunidades iguais. Eles também promoveram diretrizes que orientariam a elaboração de políticas públicas dos Estados membros.



## No Brasil

A promulgação da Constituição de 1988, resultado de um longo processo de luta pela redemocratização do Brasil, consolidou os direitos fundamentais

de todos os cidadãos. Em seu artigo 23, inciso II, a Constituição determina que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência. O Brasil também incorporou a Convenção da OEA por meio do Decreto nº 3.956/01.

Nos anos seguintes, a comunidade internacional e o Estado brasileiro iriam reiterar seu compromisso. A ratificação, pelo Brasil, da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, em 2009, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e do Decreto Executivo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, foi um marco

histórico na luta dos brasileiros com deficiência.

Essas medidas tiveram extrema importância, mas não garantem, por si só, que as transformações aconteçam. A Convenção da ONU estabeleceu parâmetros para o desenvolvimento da política nacional sobre o tema, mas colocou novos desafios, a começar por sua aplicação e fiscalização.

Em resumo, tratava-se de realizar a meta de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”, o que apontava a necessidade de o Poder Público gerar uma política

global coerente e estruturada, que abarcasse todos os âmbitos da vida da pessoa com deficiência.



## **Plano Viver sem Limite**

A história do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite tem início durante a campanha presidencial de 2010, quando a então candidata Dilma Rousseff visitou várias instituições que trabalhavam em prol da pessoa com deficiência, recebendo suas reivindicações.

Pouco depois das eleições, em julho de 2011, ocorreu a primeira reunião entre a já presidenta e 15 ministros, com o objetivo de iniciar a elaboração de um plano nacional que garantisse autonomia,

cidadania e equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência. Partiu da presidenta a ideia de que o plano deveria atuar de forma intersetorial e transversal, aprofundando políticas já existentes e inovando de acordo com as demandas apresentadas, sob a coordenação da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República.

A então ministra-chefe da SDH, Maria do Rosário Nunes, delegou a responsabilidade da coordenação do plano ao secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Antonio José do Nascimento Ferreira, que tem longo histórico de militância no movimento social das pessoas com deficiência. Deficiente visual, foi

presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB); em 2012, trabalhou como coordenador-geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e, no começo de 2011, exerceu por alguns meses a chefia de gabinete da SNPD, para depois assumir a Pasta.

Três dias após o primeiro encontro ministerial, os envolvidos se reuniram novamente para iniciar o desenho do novo plano. A partir daquele momento, os ministérios começaram a trazer à mesa de discussão as ações que estavam desenvolvendo sobre o tema. Para Antonio Ferreira, “um fator muito positivo na elaboração do plano foi que ele não exigiu uma sistemática nova para funcionar, uma vez que utilizava os projetos que já

vinham sendo implementados pelos ministérios. E isso potencializa as ações na quantidade e na qualidade”.

Definiram-se, nesse processo, os quatro eixos temáticos do plano:

- 1.** Acesso à educação, que investe em recursos e serviços de apoio à educação básica e compreende a busca ativa de alunos, transporte acessível, aprendizagem, acessibilidade e qualificação profissional;
- 2.** Atenção à saúde, que cria a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e contempla ações voltadas para a prevenção e reabilitação;
- 3.** Inclusão social, que desenvolve ações de participação social e de

combate às desigualdades, visando a incluir as pessoas com deficiência na sociedade, tanto no trabalho, quanto no cuidado diário de pessoas em situação de pobreza;

- 4.** Acessibilidade, na forma da busca de acesso à tecnologia e ao desenvolvimento tecnológico, moradia e aquisição de equipamentos.

O primeiro eixo temático estaria a cargo do Ministério da Educação; o segundo, do Ministério da Saúde; no terceiro eixo, que envolvia a seguridade dos direitos da pessoa com deficiência, foi acertada a colaboração de vários ministérios; e o quarto associava a ação de quase todas as Pastas.

São 15 os órgãos federais que integram o Viver sem Limite: Casa Civil; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministérios da Educação; Saúde; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ciência, Tecnologia e Inovação; Cidades; Fazenda; Esporte; Cultura; Comunicações;

Previdência Social; e Planejamento, Orçamento e Gestão.

Desde esse momento ficou acertado que um dos desafios seria unir as ações para garantir, de parte do Poder Público, a promoção dos direitos da pessoa com deficiência do nascimento até a velhice. A intenção não era realizar uma política assistencialista, mas, sim, uma política de promoção de direitos.

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



Conteúdo acessível no CD

## O desafio da construção de uma política intersetorial e transversal

O Plano Viver sem Limite nasceu sintonizado com as análises mais amplas sobre a deficiência, que rompem com o paradigma assistencialista e promovem os conceitos de inclusão, como independência e empoderamento das pessoas. Essas concepções convergem em um ponto central: a deficiência envolve uma multiplicidade de dimensões e fatores de origem socioeconômica, cultural, familiar, individual

e institucional, conformando trajetórias distintas e demandando ações públicas com abrangência e objetivos diversos.

Assim, a multidimensionalidade exige políticas diversificadas e, para abarcar todas elas, é necessário o desenvolvimento de estratégias de intervenção capazes de interligar distintos setores das políticas públicas, de maneira a resultar numa ação conjunta de vários programas.

Para o Governo Federal, essa exigência se traduziu em um plano que valoriza as intervenções intersetoriais e transversais; um modelo de gestão governamental relacional, com redes horizontais e multiníveis.

A arquitetura do projeto demandou amplos esforços. Cada ministério elaborou um plano de ação para definir quais seriam os passos necessários de forma a atingir as metas. A inter-relação das propostas teve a participação da Casa Civil, que também auxiliou na criação do Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento – GIAM do Viver sem Limite. O grupo atua como sistema de monitoramento da implementação do plano junto à população.

As Pastas envolvidas também reservaram no orçamento recursos de peso a serem aplicados exclusivamente nas ações do plano. A previsão orçamentária global chegou a R\$ 7,6 bilhões. Também foi acertado que nenhum órgão poderia remanejar esses recursos sem uma justificativa prévia para a Casa Civil. Essas garantias terminariam resultando em uma sinergia bastante positiva entre os ministérios, com a ação de um sendo potencializada por outro.

Assim, o processo de elaboração do Viver sem Limite não se constituiu apenas em uma maneira de cumprir as obrigações internacionais do Brasil perante a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com



*No dia 17 de novembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff lança o Plano Viver sem Limite*

Deficiência. Transformou-se em uma grande oportunidade para fazer um balanço da promoção dos direitos humanos no Brasil, em geral, e dos direitos das pessoas

com deficiência, em especial, favorecendo um planejamento mais eficaz das políticas públicas adotadas e a efetiva implementação da Convenção da ONU.

Assim, o movimento de elaboração do plano ofereceu oportunidades para que cada órgão governamental:

**a)** Realizasse uma revisão completa das medidas tomadas para harmonizar as legislações e políticas nacionais às disposições da Convenção após sua incorporação na normativa nacional com *status* de emenda constitucional;

**b)** Verificasse os progressos realizados no acesso ao usufruto dos direitos

estabelecidos na Convenção, no âmbito da promoção dos direitos humanos em geral;

**c)** Identificasse problemas existentes no enfoque adotado para a implementação da Convenção;

**d)** Planejasse e desenvolvesse as políticas adequadas para atingir esses objetivos.

A etapa seguinte foi a conclusão da formulação do plano, na qual se decidiram as

ações que ele deveria efetivamente conter, com as respectivas quantificações, prazos, metas e mecanismos de verificação. De acordo com a subchefe-adjunta

“ *A deficiência envolve uma multiplicidade de dimensões e fatores de origem socioeconômica, cultural, familiar, individual e institucional. Assim, exige políticas diversificadas* ”

de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Maria do Socorro Mendes Gomes, que coordena o monitoramento, “nesse momento ocorreu a avaliação da consistência de ações e metas propostas pelo plano, o que envolve a estimativa da governabilidade que o Governo Federal teria em relação à execução daquela ação; dos parceiros com os quais teria de contar e dos grandes desafios para a implantação”.

A cerimônia de lançamento do **Viver sem Limite** aconteceu no dia 17 de novembro de 2011, no Palácio do Planalto, em Brasília, contando com a presença da presidenta Dilma Rousseff, de ministros, governadores, parlamentares e militantes de movimentos ligados aos direitos das pessoas com deficiência. O secretário nacional Antonio José Ferreira

apresentou o plano e detalhou cada ação. Na ocasião foi assinado o Decreto nº 7.612, que estabeleceu as seguintes diretrizes:

- I) *Garantia de um sistema educacional inclusivo;*
- II) *Garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado;*
- III) *Ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional;*
- IV) *Ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza;*

- V)** *Prevenção das causas de deficiência;*
- VI)** *Ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, em especial, os serviços de habilitação e reabilitação;*
- VII)** *Ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade;*
- VIII)** *Promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.*

O Plano Viver sem Limite prevê que sua execução esteja a cargo da União em colaboração com estados, Distrito Federal, municípios e com a sociedade. A vinculação dos entes ocorre por meio de termo de adesão voluntária, que implica

a responsabilidade de priorizar medidas visando à promoção do exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência, a partir dos eixos de atuação previstos no Decreto nº 7.612. Também foram instituídas instâncias de acompanhamento do plano nos âmbitos estadual e municipal, sendo que a execução pode ser direta ou por convênio, e o custeio é garantido por recursos orçamentários da União, entes federados ou outras entidades públicas e privadas.

Também foi criado o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, com a finalidade de formular, articular e implementar políticas, programas e ações para o fomento ao acesso, desenvolvimento e inovação em tecnologia assistiva. O comitê é

coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e envolve a SDH; os Ministérios da Fazenda; do Planejamento,

Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; e da Saúde.

**Os recursos da União previstos para a execução das ações de cada um dos eixos ficaram assim distribuídos:**

Volume de recursos federais	
Área	Recursos 2011-2014
Acesso à Educação	R\$ 1.840.865.303
Atenção à Saúde	R\$ 1.496.647.714
Inclusão Social	R\$ 72.240.000
Acessibilidade	R\$ 4.198.500.000
<b>Total</b>	<b>R\$ 7.608.253.018</b>

Fonte: Site SDH/PR



*Crianças posam em frente a ônibus escolar acessível*

## As ações desenvolvidas em cada um dos quatro eixos temáticos foram:



### Acesso à educação

Ações para garantir às pessoas com deficiência o direito ao acesso à educação com igualdade de oportunidades:

- 15 mil novas Salas de Recursos Multifuncionais com equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos para atendimento educacional especializado;
- 30 mil kits de atualização de Salas de Recursos Multifuncionais;
- Recursos para adequação arquitetônica de 42 mil escolas públicas, tornando-as acessíveis;
- Compra de 2.609 ônibus para o Transporte Escolar Acessível de 60 mil alunos com deficiência;
- Prioridade no preenchimento de vagas para pessoas com deficiência nos cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
- Apoio às universidades federais em seus projetos de acessibilidade;
- Contratação de 606 tradutores e intérpretes de Libras nas instituições federais de ensino, para acessibilidade

aos estudantes com deficiência auditiva;

- Criação de 27 cursos de Letras/Libras;
- Criação de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue;
- Ampliação, por meio de busca ativa, do número de crianças e adolescentes beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) matriculadas na escola.



## Atenção à saúde

Ações de promoção à saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação:

- Ampliação e qualificação da Triagem Neonatal:
  - *Melhoria dos processos de identificação e intervenção precoce de doenças em crianças de zero a dois meses, com extensão da Fase IV do Teste do Pezinho para todos os estados da Federação; qualificação de 175 maternidades para triagem auditiva neonatal (Teste da Orelhinha); criação do marco normativo da Política Nacional de Triagem Neonatal; e criação de um sistema de acompanhamento de crianças diagnosticadas;*
- Elaboração e publicação de dez Diretrizes Terapêuticas sobre como proceder quanto

ao diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento de várias deficiências (da Triagem Auditiva Neonatal; Síndrome de Down; pessoa amputada; lesão medular; paralisia cerebral; Transtorno do Espectro do Autismo; Traumatismo Crânio-Encefálico; Acidente Vascular Encefálico; saúde ocular na infância; Síndrome Pós-Poliomelite);

- **Habilitação e Reabilitação:**
  - *Ampliação e qualificação da rede de reabilitação do SUS, em parceria com instituições de referência nacional, e implantação de novos Centros Especializados em Reabilitação – CER;*

- Transporte para acesso à saúde:
  - *Aquisição de 88 veículos adaptados destinados ao transporte das pessoas com deficiência aos CER;*
- Órteses e próteses:
  - *Implantação de oficinas ortopédicas que confeccionam, consertam e aperfeiçoam aparelhos ortopédicos de aplicação terapêutica, com habilitação de 25 oficinas fixas; criação de 12 oficinas fixas, dez itinerantes terrestres e dez itinerantes fluviais; bem como capacitação de 660 profissionais de saúde em órteses e próteses até 2014, para atuação nas oficinas;*



*Residência do Programa Minha Casa, Minha Vida com entrada acessível*

- Atenção Odontológica:
  - *Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) para atender às pessoas com deficiência;*
  - *Adequação física e aquisição de equipamentos para 27 centros cirúrgicos em hospitais gerais;*
  - *Qualificação de seis mil profissionais de saúde bucal para atendimento de pessoas com deficiência.*



## **Inclusão Social**

Ações que têm como objetivo promover a participação social e combater a desigualdade, exclusão ou restrição que impedem o exercício de direitos, em igualdade de condições:

- BPC Trabalho:
  - *Seu objetivo é promover, entre os beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a qualificação profissional e o acesso ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos. O Viver sem Limite prevê a garantia de recebimento do benefício em caso de demissão e a busca ativa e encaminhamento ao mercado de trabalho de 50 mil beneficiários do BPC;*
  - *Implantação de 200 Residências Inclusivas, que oferecem proteção integral a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência;*

*- Implantação de 27 Centros-Dia de Referência, para oferta de cuidados durante o dia a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, em apoio aos cuidados familiares.*



## **Acessibilidade**

Ações que garantem que todos utilizem de forma autônoma os espaços públicos e privados:

- Minha Casa, Minha Vida 2: *Construção de 1,2 milhão de moradias adaptáveis e instalação de 20 mil kits de adaptação, conforme o tipo de deficiência do morador.*

- Centros Tecnológicos Cães-guia:
  - *Implantação de cinco centros tecnológicos de formação de instrutores e treinadores de cães-guia, distribuídos em cada uma das regiões brasileiras;*
- Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, com oferta de linha de subvenção econômica não reembolsável para inovação em tecnologia assistiva e de financiamento para inovação em equipamentos de esportes paraolímpicos;
- Implantação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, com

apoio a 20 núcleos de pesquisa em universidades públicas para o desenvolvimento e inovação com foco em prevenção, reabilitação e acessibilidade;

- Disponibilização, na internet, de catálogo virtual com mais de 1.200 produtos de tecnologias assistivas disponíveis no mercado brasileiro

<http://assistiva.mct.gov.br>.

- Crédito facilitado:
  - *Microcrédito pelo Banco do Brasil com juros subsidiados para aquisição de produtos de tecnologia assistiva;*
- Desoneração tributária:
  - *Um total de RS 609,84 milhões até 2013 em renúncia fiscal federal sobre diversos produtos e equipamentos de tecnologias assistivas.*

Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



conade

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PCD



Conteúdo acessível no CD

## A participação da sociedade civil organizada na elaboração e monitoramento do Viver sem Limite

Uma das etapas fundamentais, no Brasil, para a organização das pessoas com deficiência, superando as ações restritas à caridade e as políticas assistenciais, foi a formação de associações voltadas à luta pelo reconhecimento de direitos. Esse processo criou o ambiente para a formação de consciência, que resultaria no movimento político das pessoas com deficiência, no final da década de 1970. O país

estava passando por um processo de reabertura política, as relações entre Estado e sociedade civil eram, anteriormente, bloqueadas devido ao autoritarismo do regime militar, e o novo contexto político permitiu novas articulações.

As primeiras associações compostas e dirigidas por pessoas com deficiência quase nunca tinham sede ou qualquer outro elemento formal. Eram iniciativas que visavam ao auxílio mútuo e não

apresentavam objetivos políticos definidos, mas que criaram espaços de convivência entre pares, onde as dificuldades comuns podiam ser reconhecidas e debatidas.

A ação política em prol dos direitos da população ganharia, então, maior visibilidade, no final dos anos 1970. A partir daí, as pessoas com deficiência foram se tornando agentes políticos na busca por transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas motivou uma mobilização nacional, que se alimentou do processo de redemocratização do Brasil, do qual também se tornou parte integrante.



## Barreiras

A sociedade cria barreiras comportamentais via medo,

desconhecimento e preconceito; via meio ambiente, com a inacessibilidade física; e pelo caminho institucional, com discriminações de caráter legal, que impedem a plena participação das pessoas.

Ao longo das últimas três décadas, o esforço dos movimentos sociais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência tem sido, principalmente, por mudar paradigmas, criando uma base sólida para a construção de uma nova perspectiva sobre a deficiência. As atitudes, hipóteses e percepções a respeito da deficiência passaram de um modelo caritativo para um modelo social, em que a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as



*Conselheiros e sociedade civil participam ativamente das políticas públicas na 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*

limitações e a exclusão das pessoas. Assim, a luta foi deslocada do campo da assistência social para o campo dos Direitos Humanos, dos direitos de todos, sem distinção.

Um dos grandes avanços registrados foi a constituição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), em 1999, com o objetivo de formar

um espaço de controle e avaliação por parte da sociedade civil, sobre as políticas públicas nacionais.

Em 2003, o Conade passou a ser vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Essa mudança também teve um valor simbólico, pois marcava posição, associando o tema da deficiência à promoção de direitos. Assim, enquanto nos primeiros anos de vida do Conselho seu presidente era o ministro da Justiça, com a mudança, a sociedade civil pôde chegar ao comando do órgão.

O Conade não é apenas um organismo instalado em Brasília. Ele interage com uma rede de

conselhos estaduais e municipais espalhados por todo o Brasil e representa uma significativa parcela de organizações da sociedade civil vinculadas ao setor.

Os conselhos permitem que

o Poder Público e a sociedade civil trabalhem de maneira conjunta em prol dos direitos das pessoas com deficiência. É dessa capilaridade que brota a representatividade do Conade para discutir um plano do tamanho

do Viver sem Limite, projetado para abranger o país inteiro.

Num primeiro momento, o Conade participou da elaboração do plano fazendo sugestões,

“*As adesões ao plano em todo o Brasil resultaram num processo de expansão de conselhos estaduais e municipais, que mais do que dobraram desde 2011*”

apresentadas em uma reunião com os titulares, à época, da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, e do Ministério da Educação, Fernando Haddad.

Segundo o coordenador-geral do Conade, Jorge Amaro, a influência do conselho na elaboração do Viver sem Limite foi muito significativa. “Se analisarmos as pautas discutidas no Conade de 1999 até 2011 e as demandas expressas nas 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizadas em 2006, 2008 e 2012, respectivamente, veremos que são justamente os temas sintetizados pelos quatro eixos do plano. Tudo o

que foi debatido aqui ao longo dos anos está lá”, diz Amaro.

Outras preocupações do órgão também foram contempladas pelo plano. Veja-se que o Conade sempre se preocupou com a questão da pessoa com deficiência na idade adulta, e essa discussão acumulada ajudou o Viver sem Limite a pensar novas políticas inclusivas. O mesmo aconteceu com o financiamento de órteses e próteses e com o acesso à moradia. Em suma, o plano acabou materializando grande parte dos debates que o Conade promoveu ao longo da sua história.

“O plano deu visibilidade à política nacional voltada para a pessoa com deficiência, o que encaramos como algo bem positivo. Ele formou prioridades,



*Conselheiros participam de Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2014*

colocou essa política na pauta tanto da Presidência da República, quanto dentro dos ministérios. Isso nunca havia acontecido com tal importância. Antes era a sociedade civil que executava todas essas ações. Hoje, podemos perceber que o governo está interessado em cumprir seu papel, mas sem descartar toda a experiência que as entidades têm”, afirma a presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp) e vice-presidente do Conade, Ester Pacheco.

Antes do lançamento do Viver sem Limite, o Conade pôde analisar o plano em detalhe, de forma a opinar e sugerir alterações. Após o lançamento, o conselho continuou envolvido, agora realizando o monitoramento das ações.

Em consequência, o Viver sem Limite tornou-se pauta permanente das reuniões do Conade. Em todas as reuniões nacionais ordinárias do órgão, que acontecem a cada dois meses, há discussões sobre seu andamento. Quando a reunião tem uma pauta específica sobre determinada área do plano, um ministério é chamado para dar informações.

As adesões ao plano em todo o Brasil resultaram ainda num processo de expansão de conselhos estaduais e municipais, cujo número mais do que dobrou desde 2011.

Ainda segundo Jorge Amaro, o Viver sem Limite foi fundamental ao estabelecer temas e metas claras para que a sociedade civil pressionasse o Poder Público. “Agora, as coisas

são mais concretas. Se na área da educação há o projeto de salas multifuncionais, agora posso dizer se elas estão ou não funcionando, se o material que está chegando lá é bom, se a qualificação do professor é adequada, se o ônibus adaptado que o município recebeu está rodando... Quer dizer, temos algo concreto para avaliar, o que dá vida nova ao Conselho. Se estamos perto de atingir a marca de 600 conselhos, é porque agora eles têm motivação para existir”, sintetiza.

A ampla gama de ações concretas também demanda um monitoramento de qualidade. Para aperfeiçoar o controle, o Conade definiu um plano estratégico que estabelece detalhadamente os procedimentos que cada comissão do conselho seguirá para avaliar

e monitorar as ações do plano, tanto no âmbito da elaboração das políticas públicas, quanto no cumprimento das metas.

O Conade também organizou cinco encontros regionais entre 2013 e 2014. Em um deles o tema principal foi o Viver sem Limite. Além de divulgar o plano, esses espaços servem para avaliar estratégias de monitoramento e contam com a participação de mais de cem organizações, que puderam discutir os rumos do plano.

Em suma, os avanços do Viver sem Limite não seriam possíveis sem o firme engajamento da sociedade civil organizada, em seu papel de cobrar do Estado brasileiro sua responsabilidade na garantia dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência.



*Sessão Solene do Congresso Nacional homenageia os 15 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



## A relação dos entes federativos e os reflexos do plano nas políticas estaduais e municipais

Um dos objetivos do Viver sem Limite é que estados e municípios, com o apoio do Governo Federal, articulem políticas públicas que garantam às pessoas com deficiência o acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. Trata-se de uma proposta inovadora: pela primeira vez no Brasil se concretiza uma ação nacional voltada para o segmento, transversal, abarcando os entes

federados, mas respeitando a autonomia de cada um.

Após a elaboração do plano, em 2011, ele foi apresentado aos entes federados, que então passaram a formalizar o termo de adesão. Como a parceria é pautada pelo pacto federativo, a responsabilidade pelas ações é dividida entre União, estados e municípios. O formato do pacto é bem parecido com o que os entes selaram para integrar o Sistema Único de Saúde (SUS), dado que

concordam em dividir os gastos das ações. Não aderir ao Viver sem Limite não impede que uma cidade receba programas, mas a parceria demonstra à sociedade que o administrador público faz parte do esforço nacional em defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

No primeiro semestre de 2014, mais de um quarto dos municípios brasileiros já haviam aderido ao plano, além de 25 estados e do Distrito Federal. Com a adesão, foram formados os comitês locais do Viver sem Limite. Em diversos estados foram criadas versões locais do plano, agregando as políticas públicas implementadas em âmbito regional.

Por exemplo, no Distrito Federal foi criado o plano DF sem Limite;

em Minas Gerais, nasceu o Minas Inclui; no Pará, surgiu o Existir; no Rio Grande do Sul, o RS sem Limite; foi criado o Ceará Acessível, entre outros. É interessante notar que os comitês dos planos monitoram, ao mesmo tempo, as políticas estaduais e nacionais, o que facilita o incremento das ações. Segundo a coordenadora do Plano Viver sem Limite pela Casa Civil do Distrito Federal, Daniela Lobo D'Avila, o plano local “segue o mesmo padrão que o do Governo Federal porque nós o consideramos muito bem organizado. Aqui unimos 16 secretarias e começamos a trabalhar juntos. Apesar de o Governo do Distrito Federal (GDF) ter aderido ao plano em março de 2013, vários programas já vinham sendo realizados, como o Morar Bem,



*Casal em frente à moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida*

que é a nossa versão do Minha Casa, Minha Vida. Quando houve a adesão, conseguimos centralizar os órgãos e assumimos 19 projetos do Viver sem Limite. Mais, ampliamos

as ações, porque unimos os 16 projetos do GDF às ações nacionais”, afirma.

A entrada de um determinado estado no plano também

auxiliava a adesão em grupo de vários municípios. Segundo o superintendente da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Justiça do Estado da Bahia, Alexandre Baroni, “o estado levou o Plano Viver sem Limite ao conhecimento dos municípios.

Em apenas um ato, realizado em 2013, 127 municípios baianos aderiram de uma vez ao plano”, diz.

O Viver sem Limite representou também uma transformação na forma como os gestores públicos locais lidam com o tema da deficiência. Em muitos locais ainda imperava o paradigma assistencialista, herança dos tempos em que a deficiência

era abordada apenas por meio de obras de caridade. Ou então o tema permanecia confinado a uma secretaria específica. Pois o plano chegou para mostrar que a deficiência deve ser trabalhada por todas as instâncias de governo,

não por apenas uma secretaria.

A mudança de filosofia também incentiva a formação de quadros funcionais capacitados para lidar com os conceitos

inclusivos. O que não significa, claro, que todas dificuldades estejam superadas. Segundo o secretário adjunto da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo,

“*Em diversos estados foram criadas versões locais do plano, agregando as políticas públicas implementadas em âmbito regional*”

Antonio Carlos “Tuca” Munhoz, “é preciso existir um desejo político de mudança; a questão da deficiência ainda tem o ranço antiquado do assistencialismo, da caridade e, por isso, faltam quadros técnicos que compreendam e saibam trabalhar com essa nova realidade que o Viver sem Limite traz. É um processo que talvez demore décadas para chegar ao nível adequado”.

O caso de São Paulo é interessante porque se trata de uma capital que só aderiu ao plano em abril de 2013, mas que vem trabalhando intensamente para implementar as ações do Viver sem Limite e ir além. Em dezembro de 2013, a Prefeitura lançou o São Paulo Mais Inclusiva,

como é chamado o Plano Municipal de Ações Articuladas para Pessoas com Deficiência, coordenado pela Secretaria de Governo, pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e articulado com mais 18 secretarias municipais. Quer dizer, ele incorpora a transversalidade defendida pelo plano federal.

O São Paulo Mais Inclusiva prevê entregar 70 ações para a população paulistana. Entre as iniciativas que não estão originalmente no Viver sem Limite destacam-se a instalação de 125 semáforos sonoros; a compra de scanners de áudio e livros acessíveis para todas as bibliotecas municipais e

a transformação dos *websites* da Prefeitura em ambientes acessíveis.

Para dar maior capilaridade às ações e mudar a cultura dos gestores públicos em relação à deficiência de forma mais profunda, a Prefeitura de São Paulo descentralizou as ações do plano entre as 32 subprefeituras da cidade. Em outras palavras, o mesmo projeto que foi desenvolvido em nível municipal, também passou a ser pensado no âmbito de cada uma das subprefeituras.



## Pontos específicos

Alguns estados optam por um direcionamento maior de suas ações para certos âmbitos do Viver sem Limite. O coordenador geral do

plano em Santa Catarina, Marcondes Marchetti, observa que o estado “vem concentrando a atenção no Pronatec Viver sem Limite, já que uma parte importante da população com deficiência não tem se valido da capacitação para inserir-se no mundo produtivo”, diz.

O Plano Viver sem Limite, então, aproveita ao máximo o pacto federativo para potencializar suas ações. A divisão de responsabilidades entre os entes federados vem aperfeiçoando a maneira de atender às especificidades de cada região. Já o mecanismo gerencial que o plano articula está provocando um forte impacto nas gestões locais, tendo resultado inclusive na criação do Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas para

Pessoas com Deficiência, espaço de fortalecimento de ações, troca de experiências e aprimoramento da execução de políticas.

Ainda existe um longo caminho a percorrer para eliminar a abordagem assistencialista das políticas

públicas em relação às pessoas com deficiência. Mas os resultados do Viver sem Limite deixam claro que ele é um divisor definitivo de águas rumo à adoção de políticas que fortaleçam a autonomia desse segmento da população.

## Plena autonomia

**Edison Ferreira** mora no bairro de Ermelino Matarazzo, em São Paulo (SP). Ele trabalha como diretor voluntário da ONG Associação Casa dos Deficientes Ermelino Matarazzo (AcDEM) e tem uma deficiência física causada por uma distrofia neuromuscular degenerativa, que foi ao longo dos anos diminuindo sua mobilidade. Embora saia todo dia de casa de carro para ir trabalhar, estudar e dar palestras, ele ficou por mais de dez anos sem ir à rua sozinho, já que a acessibilidade na região é precária. No começo de 2013, ao saber que o Ministério da Saúde, numa implementação do plano Viver sem Limite, estava financiando cadeiras motorizadas, avaliadas em cerca de R\$ 8.000, Edison entrou com um pedido de financiamento. Ele conseguiu adquirir a cadeira no final do ano e pôde conquistar maior autonomia. “Eu pude voltar a me relacionar com a vizinhança e fazer coisas simples, de que tinha saudade. Foi uma enorme emoção, por exemplo, observar a surpresa do padeiro, quando me viu entrar sozinho na padaria, o que não acontecia há muitos anos”, diz.



“

*Os resultados do Viver sem Limite deixam claro que ele é um divisor definitivo de águas rumo à adoção de políticas que fortaleçam a autonomia das pessoas com deficiência”*

”

---

Parte 2

**Conteúdo do Plano**  
**Contribuições dos Eixos**

---

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



## Contribuições do Viver sem Limite para a política de educação inclusiva

O movimento global em defesa da educação inclusiva é uma atividade política, cultural, social e pedagógica, realizada em nome do direito de todos os estudantes de estarem unidos durante o momento da aprendizagem, sem qualquer tipo de discriminação. A educação inclusiva instaura um novo paradigma, baseado na concepção de que os direitos humanos são inegociáveis. Ao admitir que

as barreiras encontradas nos sistemas educacionais demonstram a emergência de se confrontar as práticas discriminatórias e descobrir novos meios para superá-las, a educação inclusiva assume um papel muito importante na superação da lógica da exclusão.

O Viver sem Limite garantiu recursos e serviços consideráveis para a inclusão no Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Superior. Pela primeira vez no

Brasil uma política pública nacional assumiu a responsabilidade de assegurar o direito de acesso à educação da pessoa com deficiência – dos anos escolares iniciais até a formação universitária.

Até então, os investimentos públicos na educação inclusiva eram focados no Ensino Fundamental. Daí a importância de o Viver sem Limite promover o acesso das pessoas com deficiência ao ensino profissionalizante e Superior, ao lançar as bases para que o acesso à educação esteja futuramente garantido em todos os níveis.

Como consequência das ações do plano, a criança com deficiência hoje tem garantido seu acesso à Educação Fundamental devido à implantação das Salas de Recursos

Multifuncionais, à acessibilidade nas escolas, à formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, à aquisição de ônibus escolares acessíveis e à ampliação do Programa BPC (Benefício da Prestação Continuada) na Escola.

Na educação profissionalizante, o acesso está garantido graças à prioridade que as pessoas com deficiência conquistaram na matrícula nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No Ensino Superior, o Programa Incluir alocou recursos para promover a acessibilidade em todas as universidades federais, além de incentivar a educação bilíngue em Libras.



*Aluna com deficiência visual utiliza objetos tridimensionais em Sala de Recursos Multifuncionais*

Além disso, com o Decreto nº 7.611, de 2011, ao regulamentar o ensino especial e o atendimento educacional especializado, o governo garantiu apoio técnico e financeiro

também a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento no contraturno escolar aos estudantes com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

.....

## Salas de Recursos Multifuncionais

Segundo a diretora de Política de Educação Especial do Ministério da Educação, Martinha Clarete, “historicamente, as pessoas com deficiência estiveram fora do sistema regular de ensino. Embora o Brasil tenha sido bastante cobrado por isso no plano internacional, por conta de seu alto índice de exclusão educacional, foi apenas a

partir dos acordos globais assinados durante a década passada que o Estado se comprometeu a reverter esse quadro. Em 2003, o Governo Federal começou a elaborar políticas

públicas estruturantes para apoiar os sistemas de ensino no desafio de receber um grande número de alunos com deficiência”, diz.

Considerando que a Educação Fundamental é de responsabilidade dos municípios e estados, coube ao Ministério da

Educação uma ação suplementar. Em 2005, foi formulada uma ação de apoio às secretarias estaduais e municipais com o objetivo de equipar as escolas públicas com

“*Pela primeira vez uma política pública nacional assumiu a responsabilidade de assegurar o direito de acesso à educação da pessoa com deficiência – dos anos iniciais até a formação universitária*”

recursos de tecnologia assistiva de uso pedagógico. A ideia era incentivar o desenvolvimento inclusivo da escola por meio das Salas de Recursos Multifuncionais, que contam com computador, leitor de tela, impressora multifuncional, softwares de comunicação, lupas manuais e eletrônicas, materiais pedagógicos acessíveis, impressora e máquina de escrever em Braille, entre outros recursos.

No primeiro ano foram adquiridas 250 salas, colocadas à disposição pelo Ministério da Educação; coube às secretarias escolherem as escolas sob o critério do número de matrículas de alunos com deficiência. Dessa forma, além de frequentar a sala de aula com os demais alunos, o estudante com deficiência pode aprender na

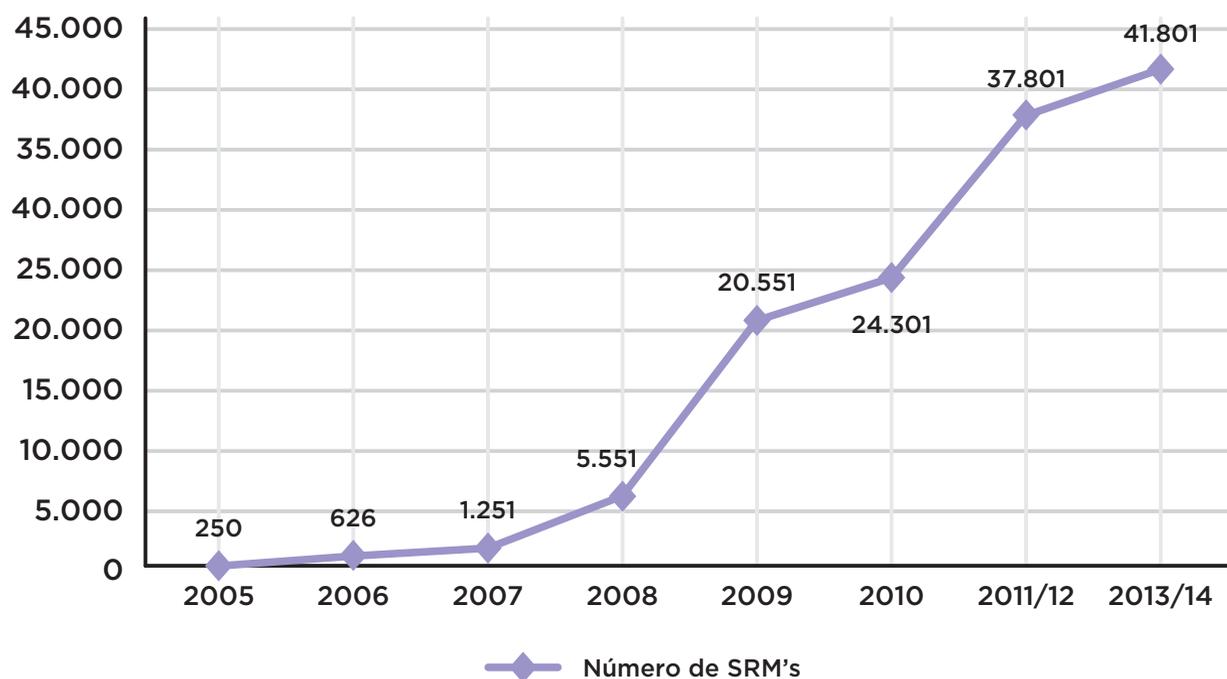
Sala de Recursos Multifuncionais de sua escola o sistema Braille, a Língua Brasileira de Sinais – Libras e técnicas que facilitam seu desempenho escolar.

Em 2007, o número de salas cresceu para 600. No ano seguinte, o Governo Federal, por meio do decreto nº 6.571, destinou – via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – mais recursos para as escolas que tinham alunos com deficiência. Isso gerou um grande aumento nas matrículas, criando demanda para mais de 20 mil Salas de Recursos Multifuncionais. A demanda foi respondida e, em 2010, já existiam cerca de 24.800 salas implantadas nas escolas públicas brasileiras.

Com o início do Plano Viver sem Limite, em 2011, foram ampliados os recursos financeiros e orçamentários; a meta era chegar a 40 mil escolas com salas de recursos. O plano também prevê atualizar, com novos kits, 30 mil salas criadas anteriormente. Esses

kits são compostos por scanners com voz - onde o material impresso é digitalizado e lido imediatamente - ; por acionadores, usados por crianças com baixa mobilidade física; bolas com guizos e materiais pedagógicos atualizados.

### Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais



Fonte: Ministério da Educação.

Atualmente, existem quase 42 mil salas que atendem a 100% dos municípios brasileiros. A criação das salas mudou definitivamente a vida estudantil desses alunos, que agora dispõem de recursos tecnológicos a seu favor.



## **Formação de professores**

Os novos recursos só fariam sentido se tivessem uma função pedagógica. Por isso a educação inclusiva é um dos eixos da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, que foi criada em 2004 com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores de Educação Fundamental dos sistemas públicos. Assim, a implantação das Salas de

Recursos Multifuncionais fortaleceu o aumento da oferta da formação continuada dos professores no campo da educação inclusiva.

Os cursos sobre o tema surgiram na Rede Nacional em 2007 e ganharam novo impulso com o Viver sem Limite. Entre 2007 e 2014 foram oferecidas 98 mil vagas para professores de escolas públicas que contavam com matrículas de estudantes com deficiência em cursos sobre educação inclusiva e tecnologia assistiva.



## **Transporte escolar acessível**

A compra de ônibus acessíveis para o transporte de alunos visou atender às cidades com maior índice



*Estudante com baixa  
visão utiliza lupa  
para ler um livro  
na Sala de Recursos  
Multifuncionais*

de pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e estavam fora da escola. Segundo levantamento de 2007, apenas 21% dos beneficiários ocupavam cadeiras escolares. Esse índice mobilizou uma ação horizontal envolvendo os Ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e a Secretaria de Direitos Humanos para garantir o transporte dos jovens que estavam fora da escola e, assim, favorecer o acesso e a permanência escolar.

Com esse propósito, em 2011, já no Viver sem Limite, foi proposta como meta ao Ministério da Educação a compra de 2.609 veículos acessíveis, visando a atender 60 mil alunos. Até a edição

deste trabalho já haviam sido adquiridos 2.304 veículos, dos quais 1.874 foram entregues.

Cada veículo tem seu percurso controlado por um GPS localizador, que serve para conferir se é utilizado devidamente, além de elevador de acesso para cadeirantes e de *box* interno para o seu transporte seguro.



## **Escola Acessível**

A maioria das escolas públicas brasileiras funciona em edifícios antigos, construídos em uma época em que a acessibilidade não era valorizada. Segundo o Censo Escolar de 2006, no âmbito geral das escolas de Educação Básica, o índice de acessibilidade dos prédios era de

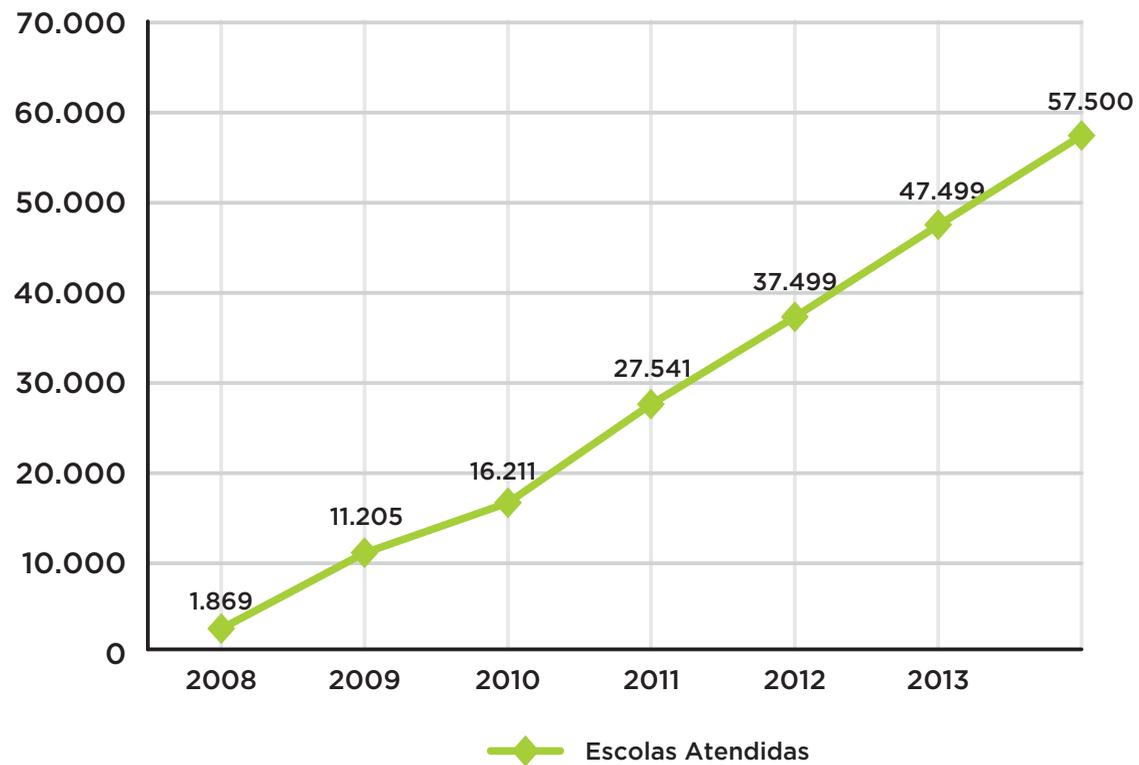
apenas 12%. Isso criou a demanda por ações estruturantes e, desde 2008, por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), o Governo Federal vem investindo para reverter o quadro.

O Viver sem Limite facilita a promoção da acessibilidade porque destina recursos diretamente à escola, sem intermediários, com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A execução é simples, mediante um plano de atendimento que a escola elabora de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os recursos foram destinados

preferencialmente às escolas com Salas de Recursos Multifuncionais.

Durante a vigência do Viver sem Limite, de 2011 a 2014, foram beneficiadas a cada ano cerca de dez mil escolas, com recursos que somaram cerca de R\$ 100 milhões por ano. Desde 2008, cerca de 57.500 escolas de todo o país receberam esses recursos, que são utilizados em obras como a construção de rampas de acesso, adequação de banheiros, alargamento de portas, instalação de pisos tácteis e iluminação especial, além da aquisição de mobiliário específico e de cadeiras de rodas.

## PDDE - Escola Acessível

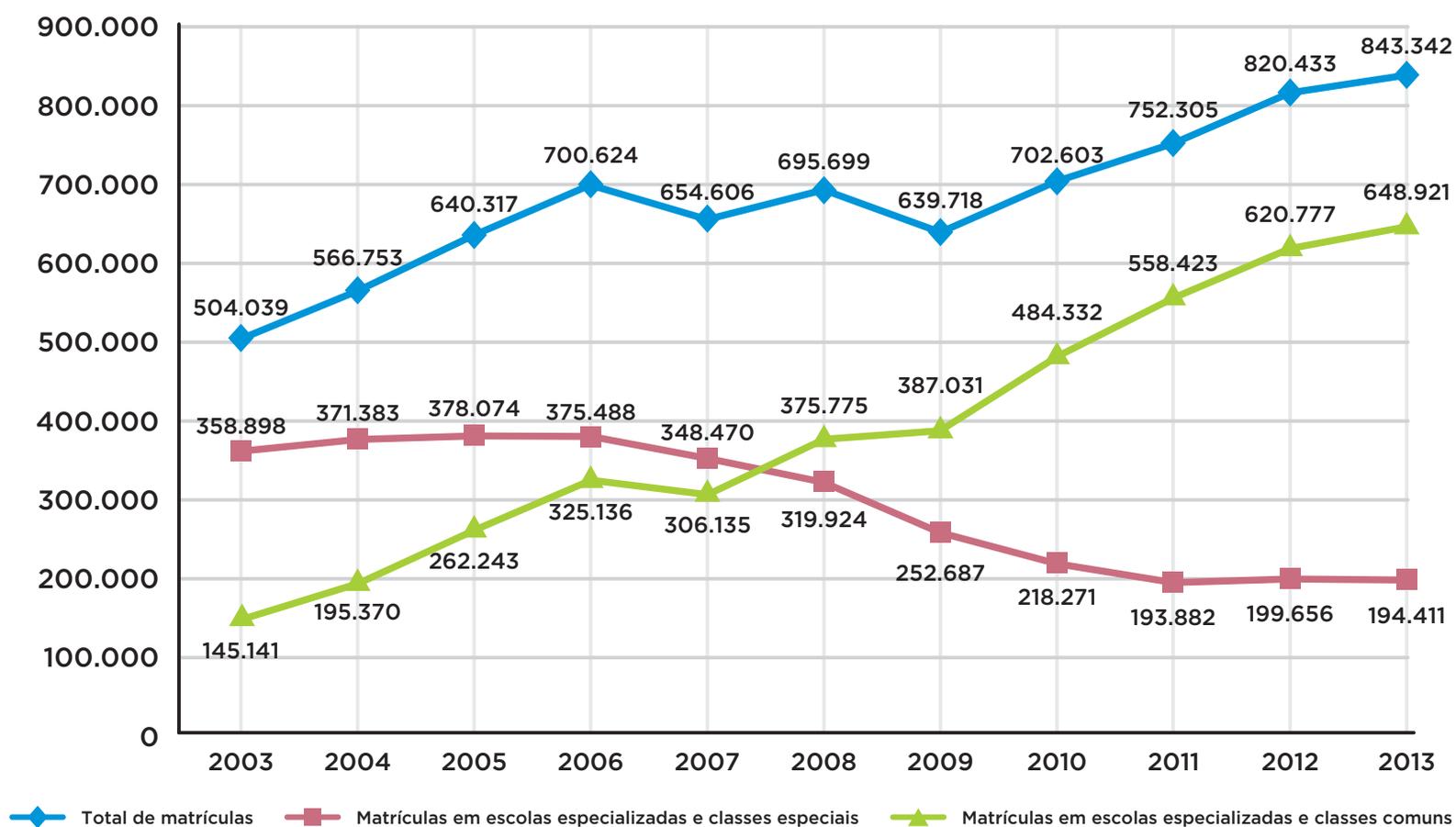


Fonte: Ministério da Educação

Essas ações vêm incentivando fortemente o ingresso de pessoas com deficiência nas escolas públicas de Ensino Fundamental.

Em 2013, segundo dados do Ministério da Educação, as matrículas passaram da casa dos 640 mil.

### Matrículas de estudantes, público-alvo da educação especial na Educação Básica



Fonte: Ministério da Educação

.....

## Pronatec

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, com a missão de ampliar e democratizar a educação profissional e tecnológica no Brasil. Entre suas principais iniciativas está a Bolsa-Formação, que oferece cursos gratuitos de qualificação.

O Viver sem Limite não cria no Pronatec turmas específicas para pessoas com deficiência nem reserva vagas para esse segmento. O que ocorre é a garantia de que todas as vagas do Pronatec podem ser ocupadas por pessoas com deficiência, independentemente

de quem as oferece, do curso e do tipo de deficiência, além da prioridade no preenchimento das vagas.

Os cursos são presenciais, realizados pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e pelas redes públicas estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica, com o apoio do Ministério da Educação. Até a edição deste livro havia cerca de 17 mil matrículas de pessoas com deficiência no Pronatec.



## Programa Incluir

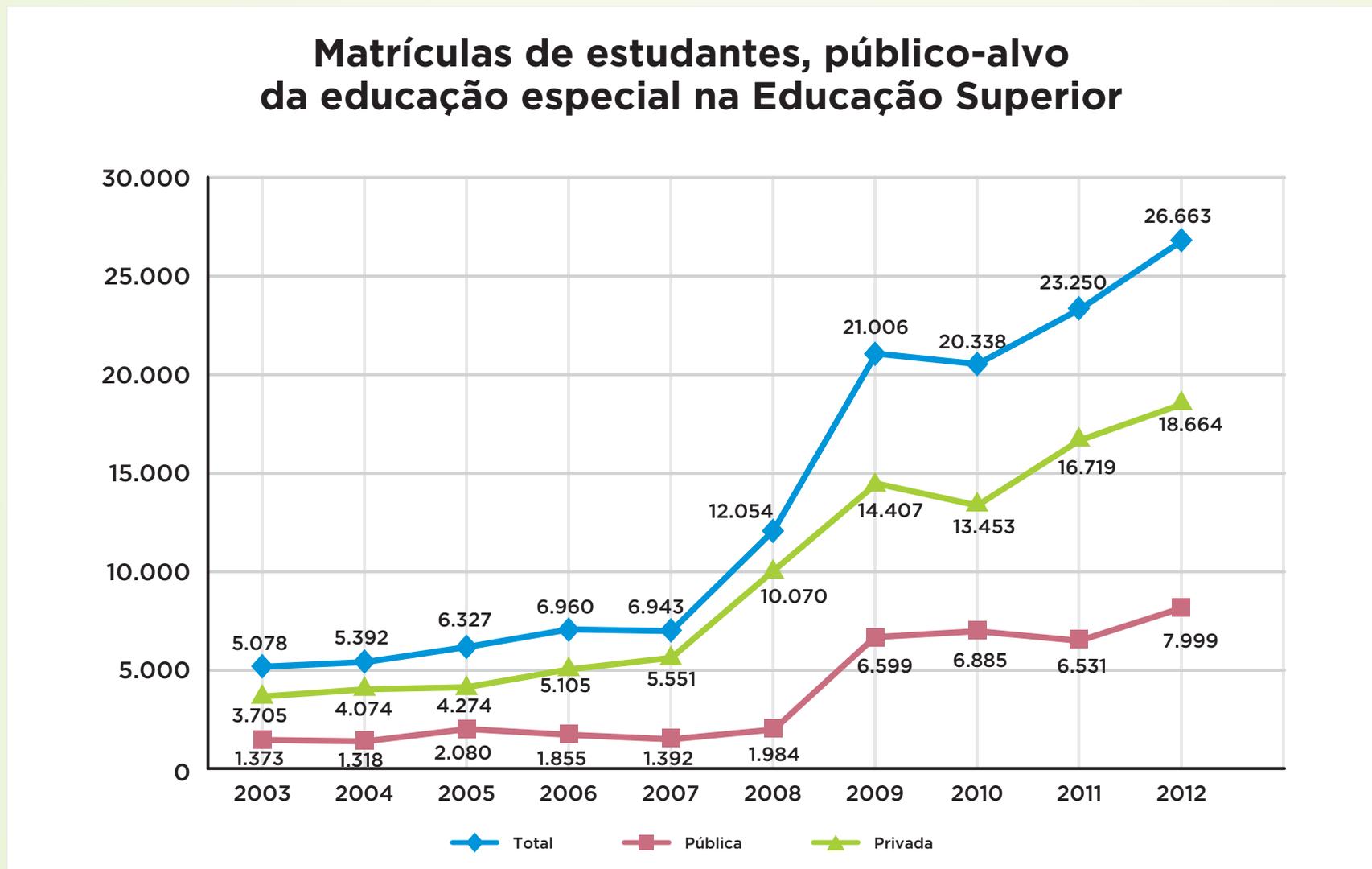
O Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir foi criado em 2005 para apoiar a criação e a reestruturação de Núcleos de Acessibilidade em todas as universidades públicas federais. Essa ação visa a garantir o acesso de estudantes, professores e servidores com deficiência a todos os espaços, ações e processos da universidade, buscando seu pleno desenvolvimento acadêmico.

Dentro do Viver sem Limite foi possível definir uma ação orçamentária específica, por meio da qual foram transferidos anualmente recursos a mais para que as universidades federais pudessem ampliar suas

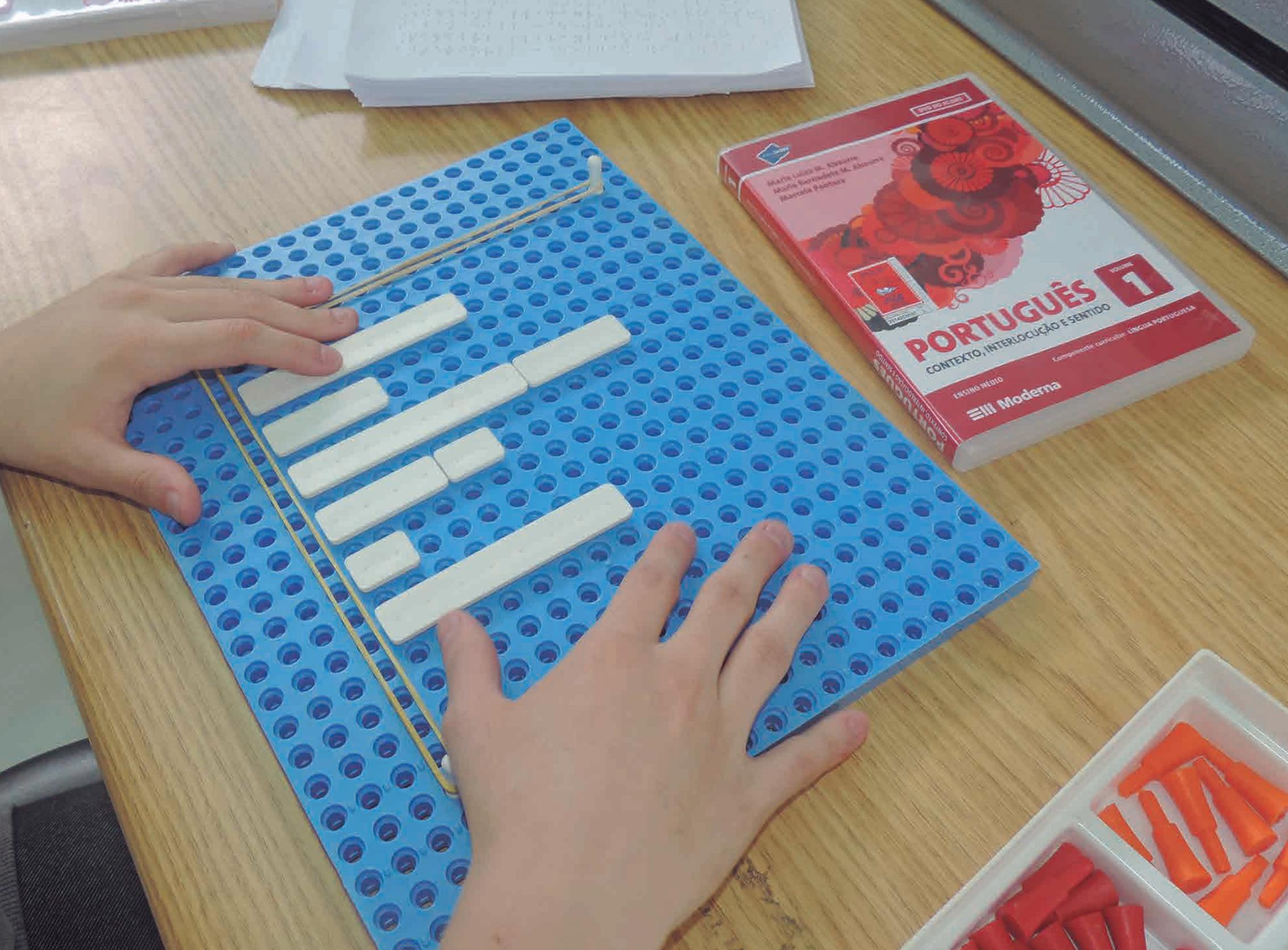
condições de acessibilidade. O programa contempla adequação arquitetônica para acessibilidade – rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalação de elevadores, entre outras medidas. Compreende, também, a aquisição de recursos de tecnologia assistiva para promover a acessibilidade pedagógica nas comunicações e informações aos estudantes e demais membros com deficiência da comunidade universitária. São computadores com interface de acessibilidade, impressoras e linhas Braille, lupas eletrônicas, teclados com colmeia, acionadores acessíveis e outros equipamentos. Foram enviados recursos a todas as universidades federais.

Ações como essa incentivam a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior. Se acompanharmos o número de

matrículas nesse tipo de instituição ao longo dos últimos anos, constataremos um crescimento significativo:



Fonte: Ministério da Educação



*Aluna utiliza bancada para gráficos táteis, composta por um quadrado em plástico, com pequenas barras brancas*



## Educação bilíngue

Antes de 2011 existiam cinco cursos de Libras no país, que garantiam a formação de tradutores e intérpretes. Por meio do Ministério da Educação, o Viver sem Limite incentivou a criação de novos cursos superiores de Licenciatura e Bacharelado em Letras/Libras.

Também foram criados 690 cargos para que as instituições federais de educação contratassem professores, tradutores e intérpretes de Libras, além de cursos de Pedagogia com ênfase em educação bilíngue em 12 polos, com previsão de início das aulas em 2015.

Ao todo, foram criados 20 cursos de Letras/Libras. A maioria

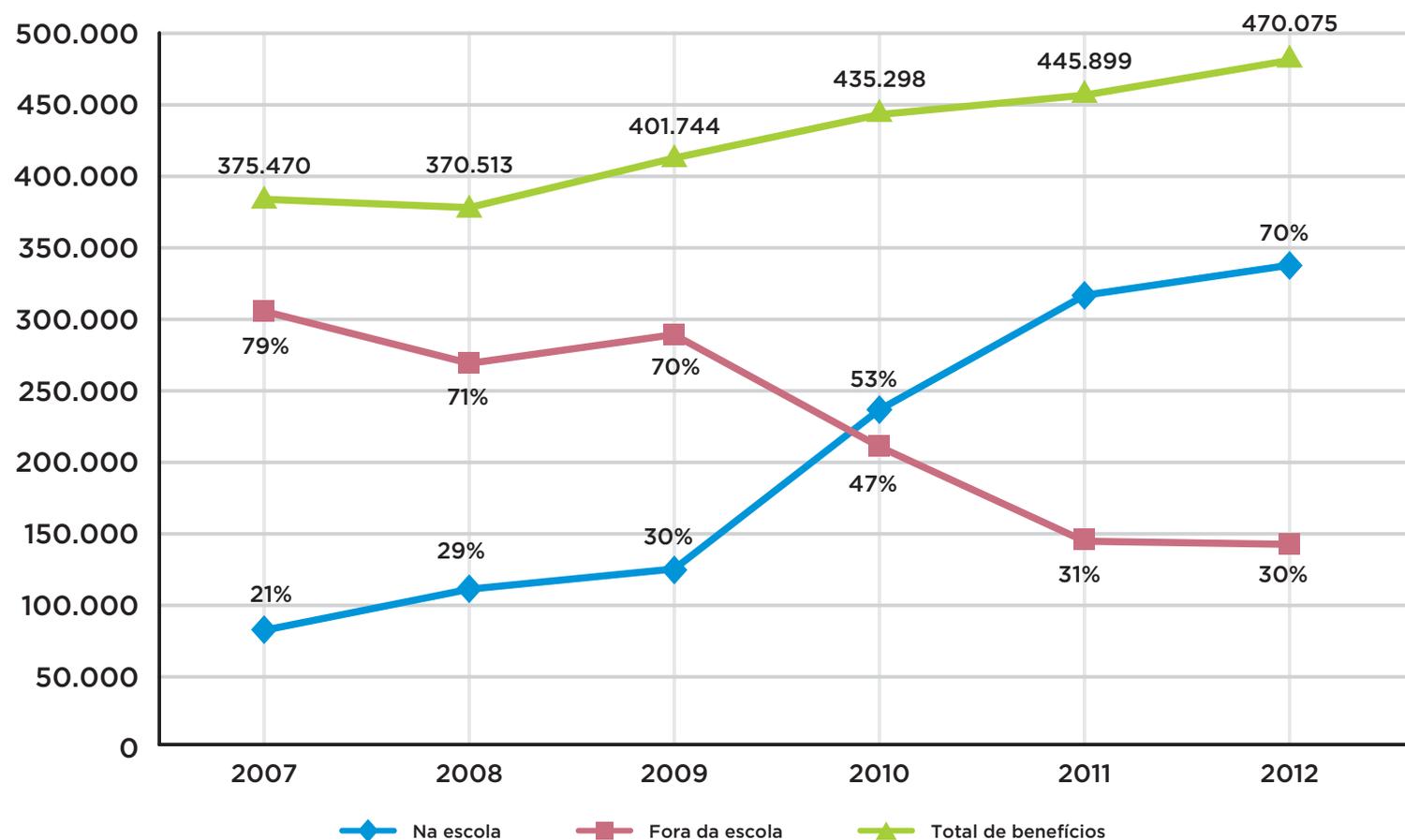
deles começou a funcionar em 2014. Somados aos cinco cursos que existiam anteriormente, são oferecidas anualmente 2.250 vagas de graduação.



## BPC na Escola

O Programa BPC na Escola é uma ação interministerial voltada para crianças e adolescentes com deficiência que recebem o BPC. Após uma busca ativa para diagnosticar razões da exclusão da grande maioria das pessoas em idade escolar beneficiárias do BPC, o governo conseguiu, em 2012, aumentar para 70% o percentual de beneficiários que estão frequentando a escola (329.801).

## Beneficiários do BPC na Escola



Fonte: Ministério da Educação

No âmbito do BPC na Escola cabe também ao Ministério da Educação transferir recursos financeiros do Programa de Ações Articuladas (PAR) para que os estados implementem a formação

intersectorial dos profissionais que realizam a pesquisa domiciliar junto aos beneficiários. Esses profissionais são, em geral, assistentes sociais e educadores, escolhidos pelos municípios que aderiram ao plano.

## Um episódio marcante

**Renato Soares Moraes** é professor da Sala de Recursos Multifuncionais do Colégio Setor Leste, em Brasília (DF). Criada em 2008, essa sala auxilia no atendimento educacional especializado de alunos com todos os tipos de deficiência. Para frequentar o espaço, o aluno também deve estar matriculado em uma turma regular. Por exemplo, se estuda de manhã na turma regular, pode frequentar à tarde a sala multifuncional.

“Eu me interessei pelas aulas voltadas aos alunos com deficiência visual depois de um episódio marcante. Descobri que eu daria aula a um menino cego durante a chamada, no primeiro dia. Levei um choque. Depois disso, resolvi fazer o curso de Braille, que não só me ensinou a ler, mas também a conviver com o aluno, trabalhar com ele, ajudar a conduzi-lo. A própria Secretaria de Educação oferece esses tipos de cursos aos professores da rede pública. Há pouco tempo, o aluno com deficiência visual nem chegava ao Ensino Médio. Hoje, esse já é um processo natural. Ele sai do Ensino Fundamental, passa pelo Ensino Médio e vai à faculdade. Até mesmo pessoas com deficiência intelectual, com grande histórico de exclusão escolar, estão conseguindo terminar o Ensino Médio. A situação melhorou muito com os programas de inclusão”, afirma Renato.

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



## Contribuições do Viver sem Limite para a política de saúde

O Ministério da Saúde foi um dos principais atores do Viver sem Limite. Segundo o diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do ministério, Dário Pasche, “o plano representou uma grande possibilidade de realização e de alteração de nossa agenda de cuidado para com as pessoas com deficiência e teve um conjunto muito importante de repercussões, tanto institucionais, dentro do

ministério, como no processo de produção de políticas realizadas em conjunto com municípios e estados nos espaços de pactuação; um deles é o Conselho Nacional de Saúde. O plano também teve uma grande repercussão na formação da primeira Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência”, afirma.

O Governo Federal já havia iniciado, em 2008, uma agenda social para a pessoa com deficiência. Mas cabia ao Ministério

da Saúde um papel muito limitado dentro dessa agenda, restrito à tentativa de responder à demanda do Sistema Único de Saúde (SUS) por órteses e próteses. Na prática, a ação do ministério estava restrita à criação e manutenção de oficinas ortopédicas. Com a oportunidade aberta pelo Viver sem Limite, novas ações puderam ser formuladas, acabando por formar o eixo Atenção à Saúde do plano.

Implementar as ações do Viver sem Limite demandou uma completa reformulação dentro do ministério. Novo pessoal foi contratado para que a instituição cumprisse sua função como coordenador da Política Nacional de Saúde das Pessoas com Deficiência.

O objetivo da política era criar uma rede nacional que ofertasse

o cuidado às pessoas com deficiência por meio de uma linha de atendimento contínuo e amplo, atuante em diferentes aspectos, e não apenas pelo atendimento ortopédico. O primeiro desafio foi, então, superar o isolamento dos serviços oferecidos, organizando-os de acordo com uma nova lógica.

Nesse período, o ministério estava começando a implementar as Redes de Atenção à Saúde (RAS), que são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde com a finalidade de obter maior eficácia na oferta de serviços, melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional e contribuir para o avanço da efetivação do SUS.

As ações do Viver sem Limite foram incluídas nessa nova lógica.



*Atendimento em Centro Especializado em Reabilitação (CER)*

Em primeiro lugar, foi estabelecido um conjunto de normativas que determina como essa política deveria acontecer nos territórios. Na sequência foram constituídos

espaços de governança e de gestão para discutir as ações com as unidades federativas. Em 2012, o Governo Federal, por conta do Viver sem Limite, implantou a

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que busca promover a articulação entre os serviços, de maneira a assegurar as ações de promoção à saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação.

Vale a pena lembrar que o SUS é pactuado entre os entes da Federação. A gestão da saúde não é federal; é compartilhada com estados e municípios, de modo que todas as ações tiveram de ser discutidas nos espaços de negociação locais das unidades federativas que aderiram ao Viver sem Limite. Dessa forma, foi necessária a criação, em todos os estados, de comissões para a

condução da política da saúde da pessoa com deficiência. Coube a esses grupos discutir e analisar a situação da população local com deficiência, além de propor um desenho de rede que incluísse a atenção básica e ações de média e alta complexidades que

atendessem a essa população.

As iniciativas do Viver sem Limite não demandavam apenas uma agenda quantitativa, cujo único objetivo seria aumentar os números do que já era feito. Pelo

contrário, elas exigiam novas formas de organização: formação em rede, consulta aos movimentos sociais e à sociedade civil; e a transversalidade com outras áreas, como a saúde da mulher e a saúde mental.

**“** *O plano Viver sem Limite teve uma grande repercussão na formação da primeira Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência* **”**

## No eixo de Atenção à Saúde, as ações do Viver sem Limite foram:

.....

### Identificação e intervenção precoce de deficiências

Da mesma forma que o eixo de Acesso à Educação estrutura ações por meio de uma linha contínua que atende à pessoa com deficiência do começo à conclusão da vida escolar, o eixo de Atenção à Saúde pretende promover a saúde da pessoa com deficiência a partir dos primeiros momentos de vida. Quando o bebê nasce, é necessário realizar na triagem neonatal testes que identificam precocemente doenças metabólicas, genéticas e

infecciosas, que poderão causar alterações no desenvolvimento neuropsicomotor. Esse exame é mais conhecido como Teste do Pezinho, porque a coleta do sangue é realizada por meio de uma picada no calcanhar do bebê. O teste é obrigatório por lei em todo o Brasil, e o diagnóstico precoce oferece condições de um tratamento iniciado nas primeiras semanas de vida, capaz de prevenir deficiências.

O SUS instituiu o Programa Nacional de Triagem Neonatal, cobrindo a identificação de até seis doenças, mas antes do Viver sem Limite poucos estados realizavam as quatro fases do Teste do Pezinho.

## Conheça as doenças testadas em cada fase do Teste do Pezinho

Doenças testadas	Fase I	Fase II	Fase III	Fase IV
Hipotireoidismo Congênito	SIM	SIM	SIM	SIM
Fenilcetonúria	SIM	SIM	SIM	SIM
Hemoglobinopatias	NÃO	SIM	SIM	SIM
Fibrose Cística	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Hiperplasia Adrenal Congênita	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Deficiência da Biotinidase	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

Atualmente, todas as unidades da Federação estão realizando as quatro fases do Teste do Pezinho. Mas o Viver sem Limite planejava ainda novos avanços, por isso propôs a revisão do marco normativo do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN). Essa revisão será levada para aprovação no Grupo de Trabalho da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) em 2015 e tem como objetivo adicionar

a obrigatoriedade de novos testes de triagem neonatal: o Teste da Orelhinha e o Teste do Olhinho.

Tão importante quanto o Teste do Pezinho, a Triagem Auditiva Neonatal realiza a detecção da deficiência auditiva e é a melhor forma de garantir acompanhamento precoce à criança. O Teste do Olhinho (ou Teste do Reflexo Vermelho) deve ser feito na primeira semana de vida e pode

detectar e prevenir patologias oculares graves, como catarata congênita e retinoblastoma.

Dentro do Viver sem Limite estão sendo equipados 237 hospitais e maternidades para a realização da Triagem Auditiva Neonatal e instituída na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência uma nova diretriz de atenção. Esse diagnóstico precoce é importante também porque auxilia logo no início a orientação das famílias sobre o tema da deficiência, possibilitando à criança uma acolhida melhor e mais estruturada.



## **Diretrizes terapêuticas**

Até o Viver sem Limite, não havia uma padronização de atendimento das pessoas com

deficiência, o que abria espaço para a atenção inadequada e para a propagação de mitos. Por exemplo, alguns médicos propagavam a ideia de que as pessoas com Síndrome de Down não viveriam além dos 40 anos de idade. Para evitar a difusão de informações equivocadas, o Ministério da Saúde convocou comitês compostos por vários especialistas no tema. A partir desses comitês, foram construídas diretrizes terapêuticas para a atenção à saúde das pessoas com deficiência. Essas diretrizes são informações claras e objetivas sobre como proceder quanto ao diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento em relação aos cuidados de agravos à saúde.

As diretrizes criadas no âmbito do Viver sem Limite ajudam a

# Até o momento, já foram publicadas nove diretrizes:



Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down



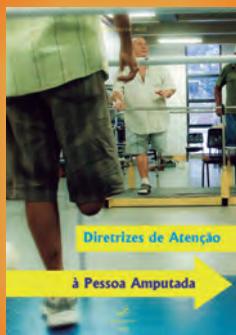
Diretrizes de Atenção à Saúde Ocular na Infância

Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral



Diretrizes de Atenção à Triagem Auditiva Neonatal

Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo



Diretrizes de Atenção à Pessoa Amputada

Diretrizes de Atenção à Pessoa com Traumatismo Cranioencefálico



Diretrizes de Atenção à Pessoa com Lesão Medular

Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral (AVC)



formar parâmetros clínicos e assegurar a prescrição certa e o tratamento efetivo em todo o território nacional. Elas são compostas por informações como caracterização da doença ou deficiência, tratamento indicado, medicamentos a serem prescritos, formas de administração e tempo de uso, benefícios esperados e acompanhamento dos usuários.

Dessa forma, hoje, tanto faz a pessoa estar em Macapá ou em Porto Alegre. Os médicos que atenderão o paciente com deficiência têm a mesma orientação para realizar o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento.

Já foram publicadas até a conclusão deste livro nove diretrizes, mas estava prevista ainda para 2014 a publicação de duas

novas. Para conhecer as diretrizes disponíveis, acesse: [www.saude.gov.br/pessoacomdeficiencia](http://www.saude.gov.br/pessoacomdeficiencia).



## **Centros Especializados em Reabilitação**

Continuando a linha da vida de uma pessoa com deficiência, após a criança ser diagnosticada precocemente no período neonatal e receber acompanhamento segundo as diretrizes nacionais, é hora de passar ao período de reabilitação. A habilitação e a reabilitação visam a melhorar a funcionalidade das pessoas com deficiência para promover sua autonomia e independência.

Antes do Viver sem Limite, a maioria dos centros de reabilitação

que existiam no Brasil pertencia à rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). Para aumentar a capilaridade do atendimento, o Viver sem Limite propôs inicialmente a criação de Centros Especializados em Reabilitação (CER). Esses centros seriam constituídos sob a orientação e os princípios das metodologias das redes Sarah, AACD e da Fundação Dorina Nowill, entre outras instituições. A ideia era que essa nova rede de reabilitação conseguisse congrega práticas para os tipos de deficiência: física, visual, auditiva e intelectual.

Após a formação das diretrizes que estabeleceram como funcionariam os CERs, o governo apresentou a meta de construir

novos centros. Atualmente, 76 estão em fase construção; 34 estão em fase de qualificação (reforma, ampliação e instalação de equipamentos); e 117 centros já estão habilitados e em funcionamento, o que significa que o governo estabeleceu parcerias com instituições que realizavam algum tipo de reabilitação e ajudou na ampliação, para que pudessem oferecer outros serviços. As obras mais adiantadas estão em: Tucuruí (PA); Aracajú (SE) e Juazeiro do Norte (CE).

Existem três tipos de CERs: 2, 3 e 4, números que indicam os tipos de deficiência tratadas. Por exemplo, no CER de tipo 3, três tipos de deficiência são abrigados. Não existem CERs tipo 1 porque a ideia é sempre ampliar o atendimento nas instituições.



*Homem atendido em Centro Especializado em Reabilitação (CER)*

Já os CERs tipo 4 também contam com oficinas de órteses e próteses.

É importante destacar que o processo de reabilitação abarca também o aprendizado de como a

pessoa com deficiência deve usar a prótese. Era comum um paciente do SUS receber uma prótese e deixá-la encostada em casa porque não sabia como usá-la adequadamente.

É, então, fundamental que as oficinas estejam ligadas a centros de reabilitação que auxiliem os pacientes no processo de adaptação ao uso.

••••••••

## **Transporte para Acesso à Saúde**

Buscando facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos CERs, o Governo Federal adquiriu 108 micro-ônibus e vans adaptados, 103 dos quais já foram colocados à disposição dos pacientes que não apresentam condições de mobilidade e acessibilidade autônoma aos meios de transporte convencional ou que manifestam grandes restrições ao acesso e uso de equipamentos urbanos. Os

veículos são entregues por meio de doação direta do Ministério da Saúde. Os gestores locais são os responsáveis por coordenar o transporte das pessoas beneficiadas, assim como por definir o itinerário e os horários de circulação.

••••••••

## **Oficinas ortopédicas e ampliação da oferta de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção**

O Brasil é um país repleto de áreas de difícil alcance. Para garantir o acesso à saúde a todas as pessoas com deficiência, o Viver sem Limite planejou ações destinadas a encurtar as distâncias entre os serviços e seu público-alvo. Com a finalidade de ampliar o acesso às

oficinas ortopédicas, o Viver sem Limite determinou a construção de novas unidades fixas e itinerantes – terrestres, instaladas em caminhões, ou fluviais, funcionando dentro de Unidades Básicas de Saúde Fluviais. Todas serão vinculadas aos serviços de reabilitação física da Rede SUS, visando a garantir a indicação de dispositivos assistivos bem adaptados, adequados ao ambiente físico e social.

Essas unidades móveis percorrem as cidades do interior para criar as órteses e próteses adequadas a cada usuário. Mas o atendimento não para aí: os pacientes são encaminhados ao CER mais próximo de maneira a dar continuidade ao processo de reabilitação. Até o momento, 23 oficinas fixas foram habilitadas

e outras dez, aprovadas para qualificação. A previsão é de que dez oficinas itinerantes sejam entregues até o fim de 2014. Também foi aprovada a construção de 35 novas oficinas e capacitados 183 técnicos ortesistas e 3.486 profissionais de nível superior, que encontram-se em processo de formação.



## **Atenção odontológica às pessoas com deficiência**

Muitas pessoas com deficiência demandam um atendimento particularizado em saúde bucal. Sobretudo aquelas com deficiência intelectual ou autismo, que, para os procedimentos odontológicos mais simples, podem demandar anestesia geral. O Viver sem Limite



*Profissionais da saúde bucal trabalham em Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)*

desenvolveu um conjunto de ações de atenção odontológica às pessoas com deficiência, entre as quais: capacitação de 5.674 mil profissionais de atenção básica e de saúde bucal, qualificação de

483 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e criação de 81 centros cirúrgicos odontológicos em hospitais gerais, três por estado, para o atendimento de pessoas com deficiência que

precisam ser tratadas com sedação ou anestesia.

Espera-se, então, que profissionais de todos os estados estejam aptos a realizar atendimento odontológico adequado às especificidades de atenção às

peças com deficiência. Assim, a rede de atenção odontológica do SUS deverá, ao final do processo, estar preparada para realizar, de forma apropriada, o atendimento básico, especializado e hospitalar das peças com deficiência.

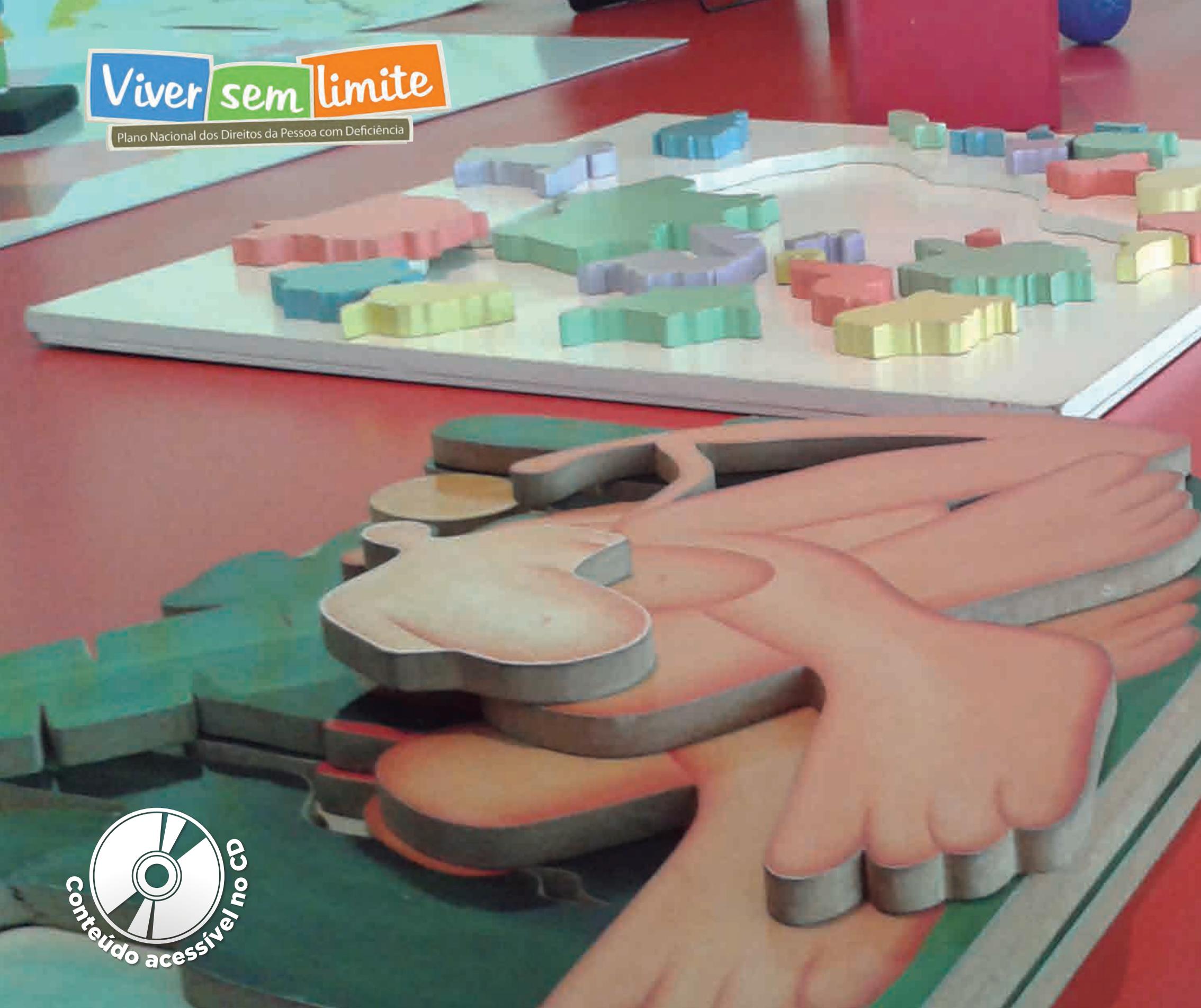
## “Foi uma evolução muito rápida”

**Mariana Basílio** é mãe de Marina, de dois anos de idade, que frequenta o Centro Especializado em Reabilitação (CER) de Taguatinga (DF), por conta da síndrome Trissomia do Cromossomo 9. Um dos problemas que essa síndrome rara ocasiona é a dificuldade na fala. Marina apenas balbucia. Ela também tem dificuldade para mastigar e deglutir, o que lhe torna difícil consumir alimentos sólidos.

O trabalho da equipe do CER está auxiliando na melhoria da qualidade de vida de Marina. “Com o atendimento aqui, na unidade, a Marina já está comendo grãos de arroz, comida amassadinha, engolindo melhor. Foi uma evolução muito rápida, estamos muito esperançosos com os próximos resultados. Quanto à fala, não sei... cada criança reage de um jeito. Hoje, a Marina já está balbuciando bastante. Nossa vontade é de que, com três aninhos, ela comece a falar algumas palavras. Esse tratamento aqui no CER é essencial, porque eles também nos orientam a como agir dentro de casa”, diz Mariana.

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



## Contribuições do Viver sem Limite para a política de assistência social

A entrada em vigor da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, criou um novo paradigma no Brasil. O objetivo da lei era que a assistência social deixasse de lado as práticas exclusivamente de solidariedade para assumir o caráter de política pública de direito do cidadão, sendo responsabilidade do Estado a sua promoção. Atualmente, essa linha de pensamento encontra-se

consolidada com o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pela Política Nacional de Assistência Social, de 2004. Essa política define as pessoas com deficiência como público prioritário, juntamente com suas famílias, diante das especificidades e da situação de vulnerabilidade em que a maioria se encontra.

Ao integrar um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, organizados de forma

sistêmica, o Governo Federal passou a contar com o SUAS, cuja capilaridade está assegurada por mais de dez mil equipamentos públicos espalhados pelo país. Inseridas nesse sistema, as ações do Viver sem Limite no eixo de Inclusão Social visam a promover a participação social e enfrentar a desigualdade e a discriminação, que estabelecem barreiras para o pleno exercício dos direitos desses cidadãos.

## Alterações nascidas com o BPC e o BPC Trabalho

Junto com a Lei Orgânica da Assistência Social, foi criado em 1993 o Programa do Benefício da Prestação Continuada (BPC),

um benefício assistencial voltado às pessoas acima de 65 anos de idade e também às pessoas com deficiência em estado de vulnerabilidade, cuja renda familiar per capita não ultrapassa 25% de um salário mínimo. O BPC assegura um salário mínimo mensal destinado a garantir a subsistência do familiar com deficiência.

No entanto, a oferta desse benefício estava se transformando em um entrave para a inclusão social efetiva das pessoas com deficiência e para sua inserção no mercado de trabalho. Isso porque muitas famílias não queriam que seus familiares com deficiência procurassem trabalho, temendo que acarretasse na perda definitiva do benefício. Havia, também, o

medo de se arriscar a conseguir um trabalho, perder o emprego e não mais ganhar o benefício.

A consequência foi a formação de toda uma geração de pessoas com deficiência que nem pensavam em se qualificar e buscar uma profissão para não correr o risco de perder o BPC.

Com a chegada do Viver sem Limite, o Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) estabeleceu como meta romper com essa lógica e oferecer garantias para que a pessoa com deficiência pudesse deixar o BPC, entrar no mercado de trabalho e, caso demitida, voltasse a ter o recurso. Para cumprir essa meta foram

realizadas alterações na legislação referente ao BPC.

A promulgação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, e do decreto que instituiu o Viver sem Limite, fizeram com que a pessoa com deficiência beneficiária tivesse o benefício suspenso – e não mais cancelado –, em caso de contratação.

Para isso, ao começar a trabalhar com carteira assinada ou em outra forma de atividade remunerada, o beneficiário deve apenas comparecer a uma Agência da Previdência Social/INSS e solicitar a “suspensão especial” do BPC. Caso perca o emprego, para voltar a receber o BPC, basta comunicar o fato ao INSS no prazo de até 90 dias. Outra alteração

importante refere-se ao beneficiário contratado como aprendiz, que pode acumular o salário recebido nessa condição com o valor do BPC, por até dois anos.

Em complemento a essa ação, dentro do Viver sem Limite, o MDS ficou com a responsabilidade de mobilizar pessoas com deficiência para optarem pelo mercado por meio de uma nova ação: o BPC Trabalho. O programa foi criado para atender prioritariamente a beneficiários entre 16 e 45 anos de idade que querem trabalhar, mas encontram dificuldades para obter formação profissional.

No entanto, embora toda essa ação tenha sido planejada de forma cuidadosa, o número de beneficiários do BPC Trabalho está abaixo das expectativas.

“*As Residências Inclusivas foram desenhadas para criar convivência e autonomia. Quando a pessoa com deficiência é tratada com respeito, é possível vencer inúmeras barreiras*”

Segundo a Secretária Nacional de Assistência Social do MDS, Denise Colin, “de acordo com o Sistec, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, até setembro de 2014, 1.252 beneficiários do BPC foram matriculados no Pronatec”.

Isso se deve à dificuldade de romper com uma cultura arraigada, que alija a pessoa com deficiência do mundo do

trabalho. Ainda será necessário um longo percurso para assegurar a igualdade de condições e o fim das discriminações.

Muitos dos beneficiários do BPC não estão convencidos da possibilidade de conquistar um emprego, o que ajuda a explicar a baixa adesão ao BPC Trabalho. Em 2012, um projeto piloto implantado em nove municípios conseguiu inserir 784 beneficiários na rede socioassistencial. A partir da adesão de 739 municípios ao *Acessuas/Trabalho*, em junho de 2013, iniciou-se uma nova fase, projetada para garantir a inserção de cinco mil a dez mil beneficiários até o fim de 2014. Hoje, são 1.379 municípios aderidos, tendo sido realizadas mais de 40 mil visitas.



## Centros-Dia de Referência

Entre a população com deficiência, existe um público que está em profundo estado de vulnerabilidade, o que motivou a criação de uma ação específica do Viver sem Limite voltada a eles e suas famílias. Segundo Denise Colin, do MDS, “um diagnóstico das escolas especiais revelou que 40% da população que elas atendiam tinha mais de 30 anos de idade. Isso acontecia porque a escola era o único espaço de convivência dessas pessoas. Ou seja, elas transformavam a escola, que é um espaço de formação, em espaço de convivência. Daí foi pensada a criação de Centros-Dia,



### *Objetos utilizados e trabalhos feitos em Centros-Dia de Referência*

que são equipamentos desenvolvidos em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação, especificamente para o público jovem e adulto”, diz.

Os Centros-Dia de Referência da pessoa com deficiência foram

formados pelo Viver sem Limite como equipamentos voltados ao acolhimento, durante o dia, de jovens e adultos com deficiência dependentes de cuidados, permitindo que seus familiares possam trabalhar ou estudar

nesse período. Nos Centros-Dia, as pessoas atendidas realizam diversas atividades: reabilitação com equipe multidisciplinar; atividades lúdicas e terapia ocupacional, entre outras.

Cada Centro-Dia conta com capacidade de atendimento de 30 usuários por turno, dez horas por dia, inclusive no horário do almoço, cinco dias por semana. A equipe multiprofissional de referência é constituída, no mínimo, por:

- *Um coordenador geral do serviço, profissional de nível superior;*
- *Um assistente social;*
- *Um psicólogo;*
- *Um terapeuta ocupacional;*
- *Dez técnicos de nível médio na função de cuidadores.*

Os centros não substituem a família. Pelo contrário, eles existem para apoiar e fortalecer as famílias no seu papel de assistência, além de dar respaldo e orientar os cuidadores familiares, alertando para a importância dos autocuidados. Também identificam novas tecnologias de ajuda e autonomia no cotidiano das pessoas com deficiência e de suas famílias.

Os Centros-Dia são experiências que ainda estão no começo. Foi planejada inicialmente a criação de um Centro-Dia por estado da Federação, por meio de parcerias entre o Governo Federal, estados e municípios. Já foram inaugurados 12 centros, em São Luís (MA), João Pessoa (PB), Curitiba (PR), São Gonçalo (RJ), Natal (RN),

Caxias do Sul (RS), Joinville (SC), Campinas (SP), Belém (PA), Teresina (PI), Campo Grande (MS) e Aracaju (SE). Futuramente, os centros poderão ser tocados inteiramente pelo Poder Público ou na forma de parcerias com a iniciativa privada.



## Residências Inclusivas

Antes do Viver sem Limite, era comum que pessoas com deficiência em alto grau de vulnerabilidade fossem abrigadas em grandes instituições, que muitas vezes reuniam no mesmo espaço centenas de pessoas. Esse atendimento em grande escala não era capaz de respeitar a individualidade e as necessidades de cada um.

A demanda para reverter esse quadro já existia antes mesmo do Viver sem Limite, mas foi com a criação do plano – e por conta dos recursos movimentados por ele –, que se tornou possível transformar a situação, proporcionando um processo de reordenamento para a diminuição do número de jovens e adultos com deficiência nos grandes abrigos e direcionando-os às chamadas Residências Inclusivas. Elas são casas que abrigam até dez pessoas com deficiência em situação de dependência. A prioridade de atendimento é garantida para os beneficiários do BPC.

Segundo a diretora de Proteção Social Especial do MDS, Telma Maranhão, “as Residências Inclusivas foram desenhadas como um serviço

de acolhimento de pessoas com deficiência para criar a convivência e a autonomia que promovem o desenvolvimento, além de propiciar a construção de acesso dessas pessoas à vida comunitária. O que estamos verificando nas visitas é que as pessoas vêm tendo uma experiência muito positiva por conta da mudança da qualidade de vida. Já estamos colhendo bons resultados como consequência desse entendimento. Ele mostra que, quando a pessoa com deficiência é tratada com respeito e com um atendimento especializado personalizado, é possível vencer inúmeras barreiras”.

As residências contam com a seguinte equipe:

- *1 coordenador (para até três Residências Inclusivas);*

- *1 psicólogo;*
- *1 assistente social;*
- *1 terapeuta ocupacional;*
- *1 motorista;*
- *1 cuidador para até seis usuários, por turno, para cada Residência Inclusiva;*
- *1 auxiliar de cuidador para até seis usuários, por turno;*
- *1 trabalhador doméstico.*

As Residências também contam com o apoio do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, que as auxilia no acesso à tecnologia assistiva, capaz de garantir maior autonomia para os moradores.

É importante frisar que as Residências Inclusivas são casas, mesmo. Não há nenhuma indicação de que se trata de uma moradia “diferente”, embora elas contem com pessoal técnico especializado.

A ideia é incentivar a autonomia dos moradores, que, se tiverem condições, podem mesmo sair para fazer compras pessoais, por exemplo. O objetivo é que a acolhida e a convivência promovam o desenvolvimento de capacidades adaptativas à vida diária, assim como autonomia e participação social.

A inserção das residências na comunidade deve possibilitar a construção de estratégias de articulação com a vizinhança e com os espaços de que essa localidade dispõe. A interação e a convivência são construídas no cotidiano, propiciando ao indivíduo

e sua família aproximação, trocas e sentimento de pertencimento. As Residências Inclusivas também estabelecem parcerias com outros serviços socioassistenciais, do SUS, sociedade civil e demais políticas públicas para que a pessoa com deficiência possa ter assegurado o acesso a cuidados e equipamentos que possibilitem a interação e/ou superação das barreiras existentes. Até o fechamento desta edição, havia a adesão de 154 municípios e de seis governos estaduais ao programa. Ao todo, já foram cofinanciadas 205 residências, das quais 73 já estavam em funcionamento.

## Uma porta aberta para a vida

**Priscila Pinheiro** é mãe de Jeferson de Assis Silva, um rapaz de 21 anos que foi um dos primeiros frequentadores do Centro-Dia de Referência da Pessoa com Deficiência de São Luís (MA), inaugurado em março de 2014, no bairro da Cidade Operária. Pessoa com deficiência intelectual, ele chega bem rápido ao local, que fica a cinco minutos de sua casa. Lá ele fica três vezes por semana, das 8h às 17h. Segundo Priscila, “antes do centro, ele vivia em casa, sozinho, sem vida social. Depois, passou a lidar com outras pessoas, a fazer amizades e executar algumas coisas do dia-a-dia, como arrumar o quarto. O centro foi, para o Jeferson, uma porta aberta para a vida”, narra.

Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CNRTA

Centro Nacional de Referência em  
Tecnologia Assistiva

Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Acesso à  
Educação

Como Escrever  
Planos de Trabalho  
e Relatórios

Conteúdo acessível no CD

## Contribuições do Viver sem Limite para as políticas de estruturação e desenvolvimento de pesquisa e tecnologias assistivas

O Governo Federal vem investindo fortemente no desenvolvimento de ações em tecnologia assistiva. Essa área compreende a pesquisa e o desenvolvimento de instrumentos que auxiliem as funcionalidades humanas, ampliando a autonomia de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em suas atividades cotidianas, ocupacionais e de lazer. É uma área interdisciplinar do conhecimento,

que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços destinados a promover a independência, qualidade de vida e inclusão social desses grupos.

O Viver sem Limite, de forma inovadora, aumentou substancialmente os recursos voltados para pesquisas relacionadas ao campo da tecnologia assistiva. Embora essa área seja recente no Brasil, as ações desenvolvidas já estão apresentando os primeiros resultados.



## Centros Tecnológicos Cães-guia

O Viver sem Limite incluiu em suas metas a criação de cinco centros tecnológicos de formação de treinadores e instrutores de cães-guia, uma vez que não havia no Brasil nenhuma capacitação pública na área. O primeiro Centro Tecnológico Cães-guia foi inaugurado em maio de 2014, no Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Camboriú, mas o curso pioneiro já havia começado em 2012.

Outros seis centros estão em construção: Muzambinho (MG), Urutaí (GO), Alegre (ES), Limoeiro do Norte (CE), Manaus (AM) e

São Cristóvão (SE), de modo que, futuramente, o Brasil contará com sete centros.

Existem no Brasil poucas instituições privadas, de natureza filantrópica, que treinam e doam cães-guia para pessoas com deficiência visual. O número estimado de cães-guia no país está entre 70 e 100, para uma população de 528 mil pessoas cegas. Além disso, a compra de um cão-guia é difícil para boa parte da população, já que eles eram importados por cerca de R\$ 30 mil, cada. As filas de espera são muito grandes e poucos conseguem obter um animal.

Acontece que, para um cego, ter um cão-guia não é um luxo. Ele dá ao usuário maior liberdade e autonomia, o que melhora muito sua



*Fachada do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia em Camboriú (SC)*

qualidade de vida. Foi para alterar essa situação que o Viver sem Limite propôs a criação dos Centros Tecnológicos Cães-guia.

O projeto inicial, que depois serviu de base para os centros, nasceu com a professora Márcia de

Souza. Docente do antigo Colégio Agrícola da Universidade Federal de Santa Catarina, atual IFC de Camboriú, ela elaborou, em 2008, um projeto de extensão universitária envolvendo cães-guias e pessoas com deficiência visual. O projeto

não se concretizou imediatamente, mas, após alguns anos, chamou a atenção do Governo Federal e, numa junção de forças entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da Educação, começou a sair do papel. Com o início do Viver sem Limite, a proposta ficou ainda mais ousada, levando à previsão de abertura de Centros Tecnológicos Cães-guia em outras regiões do país. Seis Institutos Federais responderam à chamada pública para abrigar projetos semelhantes.

Desde então, ficou definido que a missão dos centros seria

formar profissionais aptos a educar treinadores de cães-guia, acabando, dessa forma, com o gargalo de profissionais da área –

apenas três brasileiros possuem o certificado internacional de treinador de cães-guia.

O passo seguinte foi a formatação do curso, o primeiro do tipo na América Latina. O curso foi caracterizado como de pós-graduação *lato senso*, e os alunos escolhidos para formar a primeira turma eram

servidores públicos oriundos dos outros seis institutos que futuramente abrigarão os Centros Cães-guia, com foco no ensino tecnológico.

“ *O Viver sem Limite incluiu a criação de centros tecnológicos de formação de treinadores e instrutores de cães-guia, uma vez que não havia no Brasil nenhuma capacitação pública na área* ”





*Aluna do curso de Treinadores e Instrutores de Cães-guia do Campus Camboriú (SC),  
Diana Cuglovici Abrão e o cão-guia Hope*

os cães ficam de 13 a 15 meses com as chamadas famílias socializadoras. São famílias voluntárias que abrigam os cães por esse período para desenvolver neles a socialização e a experiência de poder passear pela cidade, o que será de vital importância quando forem exercer a função de cães-guia junto às pessoas com deficiência visual.

De acordo com a coordenadora do curso, a professora Márcia de Souza, “o treinamento do cão-guia começa pela fase de socialização. A segunda etapa é o treinamento propriamente dito, que leva de quatro a seis meses. A última etapa demora quase um mês, quando é feita a adaptação do cão-guia à pessoa com deficiência visual. Mas isso é apenas uma simplificação; todas as etapas são bastante complexas.

Somos uma experiência pioneira que não tem para quem perguntar; não existe referência bibliográfica sobre o assunto no país. É o aprender a fazer, fazendo”, explica.

Em agosto de 2014, o Governo Federal iniciou o Cadastro Nacional de Candidatos a Usuários de Cães-guia para que todas as pessoas interessadas em receber o animal passassem a integrar uma lista pública, idônea e transparente.



## **Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva**

O Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pela Agência Brasileira

de Inovação (Finep), tem como finalidade promover o desenvolvimento de produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência.

Cabe à Finep oferecer recursos para universidades, institutos de pesquisas (recursos não-reembolsáveis) ou empresas (reembolsáveis) que realizam pesquisas de inovação. São oferecidas duas linhas de recursos:

- 1) inovação em tecnologia assistiva em geral; e
- 2) desenvolvimento de equipamentos de treinamento e prática de esportes paraolímpicos. Para essas

linhas, a Finep publica chamadas públicas que fixam os parâmetros de concessão dos recursos e, a partir daí, os beneficiados desenvolvem projetos associados a oportunidades de mercado.

As condições de financiamento eram:

- a) A Finep participaria em até 90% das despesas da empresa no projeto;
- b) O financiamento poderia variar entre R\$ 1 milhão e R\$ 20 milhões;
- c) Taxa fixa de juros variando de 4%a.a. à TJLP + 3%a.a.;
- d) As garantias seriam definidas na análise da operação, de acordo com o Manual da Finep;

- e) Prazo de carência de até 36 meses;
- f) Prazo de amortização de até 84 meses.

Antes de 2011, essas iniciativas aconteciam de forma isolada, mas o lançamento do Programa Nacional de Inovação, em associação com o Viver sem Limite, garantiu um suporte mais robusto, com orçamento alto: R\$ 150 milhões destinados a pesquisa e desenvolvimento, em recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e do próprio ministério. De acordo com o coordenador do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, Oswaldo Barba Duarte Filho, “o Viver sem Limite foi um grande gatilho

para o desenvolvimento. Havia iniciativas; hoje, temos uma preocupação de governo com tecnologia assistiva”, diz.

Dos R\$ 150 milhões inicialmente oferecidos, R\$ 60 milhões seriam destinados a créditos subvencionados para empresas; R\$ 30 milhões, em recursos não-reembolsáveis, para universidades e instituições de pesquisa. Outros R\$ 30 milhões, também não-reembolsáveis, para inovação aplicada, nas empresas. Em todas as situações as empresas deveriam manter parcerias com institutos científicos e tecnológicos.

Até o momento, o programa elaborou três editais oferecendo recursos não-reembolsáveis. No primeiro, em 2011, foram aprovados

oito projetos, com orçamento de R\$ 12,3 milhões. O edital de 2012 trouxe novidades, pois teve como foco subvenções para a produção de equipamentos paraolímpicos. Foram aprovados R\$ 3,9 milhões em dois projetos: cadeiras de rodas para jogadores de basquete e para praticantes de rugby.

O edital de 2013 acabou por mudar a metodologia. O foco passou a estar nos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs). Também ficou prevista a compra, pelo governo, dos produtos desenvolvidos, o que dá maior segurança ao empresário. Foram aprovados cinco projetos: scanner de mesa com voz; cadeira terapêutica multipostural motorizada; transdutor implantável (componente da prótese auditiva) e algoritmos

avançados para implantes cocleares com o objetivo de adaptação à realidade brasileira (o implante coclear é um dispositivo eletrônico que permite às pessoas surdas receber e processar sons); cadeira de rodas motorizada com controle avançado e Minha Casa Assistiva.



## **Estruturação e manutenção do Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva e Desoneração Tributária**

O catálogo foi lançado como iniciativa do Viver sem Limite e está disponível no site do MCTI, trazendo informações sobre mais de 1.500 produtos fabricados

ou distribuídos no país, para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. É atualizado pelo menos uma vez por ano. Com esse documento, elaborado em parceria com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), o Brasil ingressou na Aliança Internacional de Provedores de Informação sobre Tecnologia Assistiva, rede que conta com a participação de dez países que mantêm catálogos virtuais de produtos nessa área: EUA, Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Irlanda, Espanha e França. Endereço eletrônico: <http://assistiva.mct.gov.br>.

O Viver sem Limite também permitiu a desoneração tributária de R\$ 609,84 milhões por meio

da renúncia fiscal federal sobre diversos produtos e equipamentos de tecnologias assistivas.



## **Rede de Núcleos de Tecnologia Assistiva e Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva**

Desde 2012, também foram elaborados editais voltados ao apoio a núcleos de pesquisa em tecnologia assistiva nos ICTs. Isso gerou a Rede Nacional de Núcleos de Tecnologia Assistiva. Naquele mesmo ano passaram a funcionar 29 núcleos. No ano seguinte foi publicado um novo edital, oferecendo R\$ 13 milhões. Isso permitiu a criação de uma

rede de 91 núcleos de pesquisa trabalhando em 54 instituições. Foram selecionados 62 projetos de instituições de ensino e pesquisa, distribuídos em três categorias: núcleo em consolidação, núcleo emergente e núcleo nascente, o que resultou na ampliação da rede.

A rede nasceu da necessidade de articular os pesquisadores em torno da prospecção de demanda social e das perspectivas de inovação a partir da articulação com o setor produtivo. Seu foco é potencializar a pesquisa, o desenvolvimento ou inovação voltados para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência. Muitas pesquisas desenvolvidas envolvem tecnologias

em informação para a educação, como a adaptação de *tablets* e de outros equipamentos para pessoas com deficiência visual e auditiva e, também, para a produção de próteses.

“Estamos dando os passos corretos. O investimento na criação da rede de ICTs deverá permitir melhores condições para que produtos e serviços de qualidade cheguem às empresas, que se interessarão em elaborá-los e comercializá-los. A parceria com entidades como o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) e a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos permitirá criar mecanismos de certificação

que ampliarão o mercado”, diz Oswaldo Barba.

Com a proposta de orientar a rede de núcleos de pesquisa em universidades públicas, estabelecer diretrizes e articular a atuação dos núcleos de produção científica e tecnológica do país, foi inaugurado, em julho de 2012, o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), que funciona no Centro de Tecnologia e da Informação Renato Archer, em Campinas.

De acordo com o diretor do CNRTA, Victor Pellegrini, “o centro atua como um elo entre as diversas entidades que fazem pesquisa em tecnologia assistiva. Até a criação do centro, essas entidades

pesquisavam sem estabelecer uma linguagem ou um entendimento comum sobre o papel de cada uma. Embora sejamos um centro, não queremos centralizar os processos; queremos ser a conexão que permite que as informações fluam, evitando sobreposições de trabalhos e garantindo a otimização dos esforços”, afirma.

De fato, o CNRTA não é um centro de pesquisas, embora esteja no mesmo local que o CTI Renato Archer, esse, sim, um polo pesquisador que acumula décadas de trabalho. O centro atua como mediador entre as dezenas de núcleos de pesquisa e não existe para concorrer por recursos, mas para aumentar a capilaridade da

distribuição desses recursos pelo Brasil. O CNRTA também participa de eventos acadêmicos todo ano, sempre levando a mensagem do Viver sem Limite: promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Um dos maiores desafios para pesquisadores de tecnologia assistiva é fazer chegar até o usuário comum o produto de seu trabalho. Por isso,

o centro opera como facilitador no processo que vai do surgimento da ideia nos laboratórios até a chegada ao público-alvo. O CNRTA também faz o caminho inverso, já que tem como missão escutar as demandas da sociedade e do mercado e levá-las aos pesquisadores. Atualmente, o Centro conta com 17 funcionários, além dos bolsistas.

## Roupa Biocinética

**Ana Irene Alves de Oliveira** é professora titular da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva e Acessibilidade (Nedeta). Seu núcleo faz parte da Rede Nacional de Núcleos de Tecnologia Assistiva e mantém uma linha de pesquisa voltada para o desenvolvimento de roupas assistivas. Em 2011, a equipe da professora iniciou as pesquisas para elaborar uma roupa biocinética utilizada como dispositivo que mantém o alinhamento biomecânico das crianças de até seis anos de idade com deficiência neuromotora, favorecendo a inibição dos padrões patológicos, prevenindo encurtamentos e deformidades.

As roupas similares que já existem no mercado são importadas, feitas com um tecido muito quente para as regiões tropicais e que, portanto, são usadas apenas nas sessões terapêuticas. Já a roupa desenvolvida pelo grupo paraense é usada pela criança em casa e feita com um tecido mais leve, mais fácil de vestir e ajustar, com um custo menor para as famílias. Segundo a professora, “a preocupação do Viver sem Limite com a questão da acessibilidade representou um salto significativo para o fomento de pesquisas na área de tecnologia assistiva. O Governo Federal tem realmente investido nessa linha, o que não acontecia anteriormente. A cada dia vêm sendo ampliados os recursos para essa área, o que é de fundamental importância se não quisermos ficar à mercê dos produtos importados”, analisa.

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



## Contribuições do Viver sem Limite para as políticas de acessibilidade

**T**odo cidadão tem direito a ambientes acessíveis, que favoreçam a autonomia e a independência, trazendo qualidade de vida, principalmente em seus lares. Quando se fala em acessibilidade, pensa-se comumente em cadeirantes, mas há milhões de pessoas no Brasil com deficiência visual, auditiva, obesas, baixas, altas, com dificuldade de locomoção, cada

uma com um tipo de necessidade. Além disso, locais acessíveis favorecem a todas as pessoas que, seja em razão de gestação ou mesmo de melhor conforto, também se beneficiam. Foi com a preocupação de promover os direitos desses grupos que o Viver sem Limite implantou ações na área habitacional e no financiamento de produtos de tecnologia assistiva.



## Minha Casa, Minha Vida II

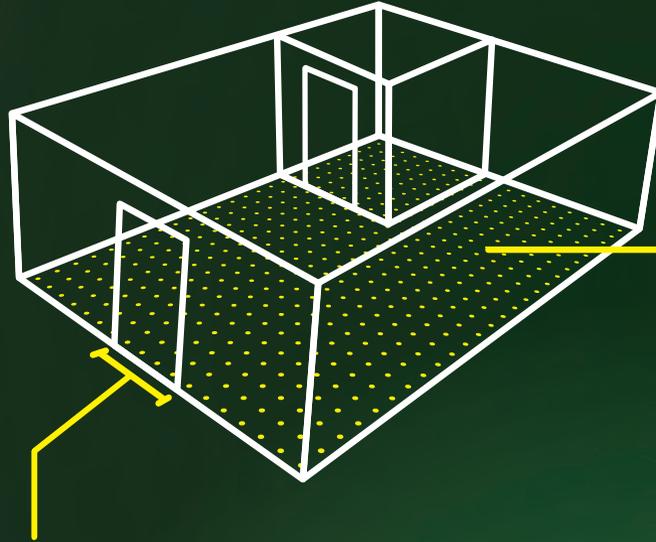
O Minha Casa, Minha Vida é o principal programa habitacional do Governo Federal, iniciado em 2009 e que consiste no financiamento público da habitação. Como ação do Viver sem Limite, o Minha Casa, Minha Vida II, iniciado em 2011, garantiu às pessoas com deficiência o direito à moradia adequada à sua condição física, sensorial e intelectual, com a contratação, até setembro de 2014, de 941.994 unidades adaptáveis e a entrega de 11.492 unidades adaptadas ao uso por pessoa com deficiência.

Os beneficiários são famílias com renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00, selecionados pelos municípios, estados,

Distrito Federal ou entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas pelo Ministério das Cidades, em zonas urbanas e rurais.

Segundo a gerente de Projeto da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Marta Garske, “a moradia acessível que estamos construindo no Minha Casa, Minha Vida é um ganho que teremos para sempre. Não há mais retorno, muito dificilmente, no futuro, o Estado construirá casas voltadas para o público de baixa renda que não sejam acessíveis”.

A partir de 2011, todas as casas construídas pelo programa passaram a ser acessíveis e adaptáveis de acordo com a deficiência do morador. Como o programa compra as moradias ainda na



**Todos os ambientes (incluindo banheiro) com espaço para manobras de cadeira de rodas.**

**Porta com, no mínimo, 80cm de vão livre.**

planta, estabeleceu-se que todas as residências deveriam adotar as seguintes medidas de acessibilidade:

1. Portas com vão livre de 80cm e maçanetas de alavanca a 1m de altura;
2. Previsão de área de aproximação para abertura das portas e área de manobra para cadeira de rodas de 180º em todos os cômodos;
3. Piso com desnível máximo de 1,5cm;
4. Banheiro: largura mínima de 1,5m; box para chuveiro com dimensões mínimas de 90cm x 95cm; área de transferência ao vaso sanitário e ao box com previsão para a instalação de barras de apoio e de banco articulado, segundo a norma da ABNT

(Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050;

**5. Instalações elétricas:**

tomadas baixas, a 40cm do

piso acabado;

interruptores,

interfones

e tomadas

altas a 1m do

piso acabado;

lavatório

suspenso sem

coluna e torneira

com acabamento

de alavanca

ou cruzeta.

Esse padrão foi adotado para garantir o acesso universal a todas as moradias adaptáveis, mas quando o morador é uma pessoa com deficiência,

tornam-se necessárias alterações específicas. Por isso, o Viver sem Limite estabeleceu a distribuição de cinco tipos de kits de adaptação,

cada um referente a um tipo de deficiência: auditiva, física, intelectual, visual e nanismo. No mínimo, 3% das unidades devem receber esses kits, que são compostos por uma longa lista de itens, que incluem, por exemplo, interfone com vídeo para as pessoas com deficiência

auditiva; barras de apoio e banco de apoio no banheiro para as pessoas com deficiência física; contraste de cor entre piso, parede e porta

“ *A moradia acessível que estamos construindo no MCMV é um ganho para sempre. Difícilmente, no futuro, o Estado construirá casas para o público de baixa renda que não sejam acessíveis* ”

para as pessoas com deficiência intelectual ou visual; rebaixamento da torneira do chuveiro para pessoas com nanismo. Respeitando a autonomia das pessoas com deficiência, a família é sempre questionada sobre se realmente quer a instalação do kit.

As pessoas com deficiência têm prioridade na seleção do Minha Casa, Minha Vida. O processo de escolha das famílias beneficiadas é definido por três grandes critérios nacionais: famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e famílias das quais façam parte pessoas com deficiência. Todo cadastro, municipal ou estadual, deve ser pautado por esses três critérios.



## Microcrédito

O BB Crédito Acessibilidade é uma ação importante do Viver sem Limite que foi lançada numa parceria entre o Banco do Brasil, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Trata-se de uma linha de crédito, criada em 2012 e que se destina ao financiamento de novos bens e serviços de tecnologia assistiva para utilização por pessoas com deficiência. Essa linha é dotada de condições especiais de financiamento: prazo de quatro a 60 meses, teto de R\$ 30 mil, juros subsidiados de 0,41% ao mês para clientes com renda de até cinco

salários mínimos e de 0,45% ao mês para clientes com renda entre cinco e dez salários mínimos, e pagamento da primeira parcela em até 59 dias, além de não haver cobrança de tarifa para abertura de crédito.

Segundo o coordenador-geral de Políticas Sociais do Ministério da Fazenda, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, “uma das principais queixas dos movimentos sociais ligados à promoção dos direitos da pessoa com deficiência é o preço dos produtos de tecnologia assistiva. A ideia do microcrédito é de também aumentar a demanda, ampliando, dessa forma, o número de compradores e a oferta de produtos”.

O crédito pode ser obtido por qualquer pessoa que queira adquirir

os produtos para si ou para terceiros. Entre os bens e serviços passíveis de financiamento estão: cadeiras de rodas (inclusive motorizadas), aparelhos auditivos, adaptação de veículos automotores, próteses, órteses, projetos arquitetônicos, impressora Braille, acionadores, *software* de comunicação alternativa, guincho de transferência, andadores, serviços e materiais destinados a obras de adequação de acessibilidade.

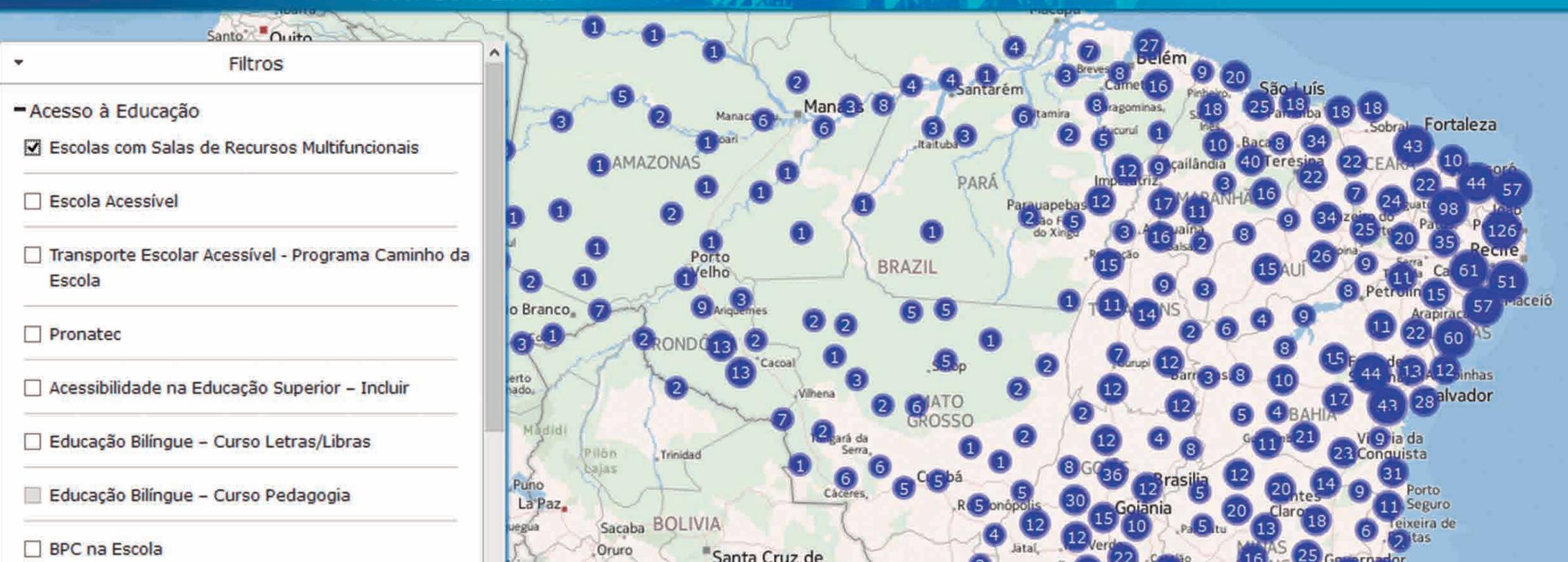
Para contratar recursos do BB Crédito Acessibilidade, o proponente deve ser correntista, com limite de crédito aprovado e disponível, e renda bruta de até dez salários mínimos. O Governo Federal financia até 100% do valor do bem ou serviço, dispensando garantias.

De acordo com os dados fornecidos pelo Banco do Brasil, até agosto de 2014, essa linha já havia desembolsado R\$ 148 milhões, em 25.166 operações contratadas, com empréstimos médios de R\$ 5,8 mil.

Os principais itens financiados são: cadeira de rodas (18,5%); aparelhos auditivos e auxílio para ampliação da habilidade auditiva (15,2%), além de óculos e auxílio para qualificação da habilidade visual (7%).

## Presente de aniversário

**Aldimiro Castro Alves Júnior**, 30 anos, é um brasiliense com triplegia; teve perda total das funções motoras em três membros. Por conta de uma paralisia cerebral, sua parte motora ficou comprometida, impossibilitando o uso autônomo da cadeira de rodas convencional. Aos 17 anos, ele começou a batalhar para alcançar o sonho da cadeira motorizada, mas nunca conseguia. “A cadeira há alguns anos era vendida à vista, não podia ser parcelada. Imagine levantar um valor desses? Meu sonho ficava cada vez mais distante”, conta Aldimiro. Há dois anos, ele ficou sabendo do BB Crédito Acessibilidade, que possibilitou o financiamento de uma cadeira motorizada. Segundo ele, “o banco me ajudou duas vezes. No momento em que fiz a análise para fazer a aquisição da cadeira, descobri que não ia dar, porque meu salário não era suficiente. A gerente do banco, como vários outros, é uma pessoa de coração e não só uma funcionária. Ela sabia que eu era prestador de serviços e me falou que eu tinha direito a outra linha do banco. Peguei esse crédito e complementei. A previsão era de a cadeira chegar em 45 dias, mas veio antes, alguns dias antes do meu aniversário”, conta.



“

*As premissas de afirmação do protagonismo constante do Viver sem Limite registraram maior capilaridade nas diferentes esferas públicas, o que garante que as ações do plano irão se perpetuar”*

”

---

Parte 3

**Processo de Gestão do  
Plano Viver sem Limite**

---

# Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



## Gestão compartilhada da coordenação do Viver sem Limite

O decreto federal que instituiu o Viver sem Limite estabeleceu que as políticas, programas e ações integrantes do plano e suas respectivas metas seriam definidos por duas instâncias: o Comitê Gestor e o Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento (GIAM). Já o apoio administrativo necessário ao funcionamento dessas duas instâncias seria prestado pela Secretaria de

Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Ficou como responsabilidade do Comitê Gestor do Viver sem Limite definir políticas, programas e ações, fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do plano. A coordenação do comitê é da SDH/PR, através da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD, e os outros membros são indicados

pela Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Já ao GIAM coube promover a articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação do plano, com o objetivo de assegurar a execução, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações. A coordenação do grupo também é da SDH/PR, por meio da Secretaria Executiva, e os demais integrantes são nomeados pela Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República e pelos outros 12 ministérios que participam do plano.

As duas instâncias de gestão estabeleceram as diretrizes a serem seguidas, e coube aos ministérios a efetiva execução das ações do plano em interlocução direta com as unidades da Federação. Por isso surgiu a necessidade de criação de comitês estaduais e municipais para acompanhar a execução das iniciativas.

O número de estados e municípios que aderiram ao plano demonstra sua boa acolhida pelos entes federativos. Segundo a subchefe-adjunta de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Maria do Socorro Mendes Gomes, uma grande surpresa na gestão do Viver sem Limite “foi a enorme adesão que o tema teve nas várias instâncias da sociedade, tanto por parte dos gestores, quanto dos

movimentos sociais e da população, de um modo geral. O tema da pessoa com deficiência saiu definitivamente da invisibilidade no campo das políticas públicas”, diz.

Essa grande adesão vem gerando um círculo virtuoso para o campo das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência. As premissas de afirmação do protagonismo dessa população constante do Viver sem Limite, já abordadas em capítulos anteriores, registraram maior capilaridade nas diferentes esferas públicas, o que garante que as ações do plano irão se perpetuar.

Para auxiliar a implantação nos estados, a SDH/PR também designou 12 consultores estaduais e três em Brasília. As funções dessa

equipe eram acompanhar a agenda de trabalho dos comitês estaduais e municipais; monitorar as ações nos territórios; realizar reuniões com movimentos sociais e conselhos de direitos da pessoa com deficiência; e articular a pactuação com estados e municípios.



## **Monitoramento do Viver sem Limite**

Após o lançamento do plano, em 2011, o GIAM começou a se organizar para garantir um monitoramento apurado da execução das ações previstas. Para cada ação foi definido um conjunto de etapas; coube ao grupo de monitoramento averiguar se todas elas eram cumpridas e se as metas propostas seriam atingidas.

A complexidade dessas ações e o desafio de realizá-las de maneira transversal e inter-setorial exigiram um monitoramento detalhado, que centralizava dados e criava sinergia entre os ministérios e entre o Governo Federal, estados e municípios.

Com o apoio da Casa Civil, enquanto órgão central de governo, capaz de mobilizar os diversos ministérios envolvidos, foi estruturado o monitoramento. O primeiro passo foi estabelecer planos de ação, que visavam a antecipar o caminho da iniciativa a ser implementada e identificar seus pontos críticos. O próximo estágio foi criar a coordenação necessária dentro do Governo Federal para eliminar ou reduzir o efeito desses

pontos críticos. Isso acontecia, sobretudo, por meio de reuniões de monitoramento com os ministérios envolvidos, onde eram identificados os atrasos e as dificuldades da implementação.

Se houvesse necessidade, eram realizadas reuniões de articulação resolutiva, que tinham como objetivo estabelecer os encaminhamentos que os atores governamentais deveriam realizar em conjunto para que aquela ação ocorresse de forma eficaz e dentro dos prazos. Para finalizar, era papel da Casa Civil acompanhar se os encaminhamentos definidos vinham sendo aplicados.

Foi também função do grupo de monitoramento visualizar os diversos “brasis” que existem

dentro do Brasil, dado que as diferenças regionais sempre devem ser levadas em conta. Desde o início do Viver sem Limite foi identificado que a região Norte, por exemplo, era muito carente em centros de reabilitação e oficinas ortopédicas. Por isso houve a preocupação de que todas as unidades da Federação tivessem acesso aos equipamentos oferecidos. É claro que ainda existem dificuldades regionais, mas o plano, em conjunto com outras ações do Governo Federal, como os programas Saúde da Família e Mais Médicos, buscou cobrir os vazios assistenciais.

Também coube ao monitoramento identificar e propor soluções para alguns gargalos que bloqueavam a implementação das

ações, pois nem sempre o que foi planejado inicialmente pôde ser posto em prática sem ajustes. Por exemplo, na implantação dos Centros Especializados em Reabilitação (CERs). Inicialmente, foram pensados 45 centros, mas, durante a execução, percebeu-se que, em parceria com estados e municípios, a meta poderia ser mais do que dobrada, alcançando 117 centros habilitados.

De acordo com o assessor da Casa Civil que trabalha no monitoramento do Viver sem Limite, Ricardo Bilha, “tivemos uma surpresa positiva ao longo do processo: em nenhum momento qualquer ministério ou órgão decidiu desistir de qualquer meta ou ação. Aconteceu o contrário: todas

as ações foram levadas adiante, todas elas estão acontecendo, efetivamente. Claro, algumas iniciativas enfrentaram maiores dificuldades em atingir números, mas é importante destacar que todos os órgãos estão tocando as suas ações e que todos projetavam cumprir suas metas até o final de 2014”, afirma.

Segundo o também assessor da Casa Civil Elias Oliveira, “o fato de o Viver sem Limite não ficar restrito a um ente específico fortalece suas ações. O conjunto de esforços de vários ministérios faz com que o plano alcance um êxito considerável. Mas é importante

destacar que não existe apenas uma preocupação quantitativa; o plano também valoriza a efetividade de suas ações”, explica.

Em síntese, o Viver sem Limite é bem sucedido principalmente por conta da complementação de esforços alcançada pelos atores que participaram de sua gestão. O plano também alcançou boa adesão entre a sociedade civil e os gestores locais. Seu sucesso está ligado, ainda, ao volume de recursos públicos aplicados para alcançar as metas propostas. São valores inéditos na história do país para um programa temático voltado aos direitos das pessoas com deficiência.



*Três familiares sorriem em frente à sua nova casa; um deles, mais velho, é cadeirante*

The screenshot shows a web browser window displaying the website 'Observatório do Viver sem Limite'. The browser's address bar shows the URL 'www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio'. The website's header includes a navigation menu with 'Participe', 'Serviços', 'Legislação', and 'Canais'. Below this, there are links for 'ACESSIBILIDADE', 'ALTO CONTRASTE', and 'MAPA DO SITE'. A search bar is present with the text 'Pesquisar neste portal'. The main content area features a breadcrumb trail: 'Página Inicial > Menu > Pessoa com Deficiência > Observatório do Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência'. The primary heading is 'Observatório do Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência'. A sub-section titled 'Acesso à Educação' is highlighted, with a descriptive text: 'Ações para garantir às pessoas com deficiência o direito ao acesso à educação com igualdade de oportunidades.' Below this, three blue boxes provide details on specific initiatives: 1. 'Salas de Recursos Multifuncionais' (SRM) with an icon of a desk and wheelchair, described as 'Salas com equipamentos específicos para ofertar o Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência, matriculados em escolas públicas'. 2. 'Escola Acessível' with an icon of a school building and wheelchair, described as 'Permite disponibilizar recursos financeiros por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola'. 3. 'Transporte Escolar Acessível' with an icon of a bus and wheelchair, described as 'Ação que visa disponibilizar o deslocamento com acessibilidade a estudantes com deficiência à escola.' On the left side of the page, a vertical menu lists other topics: 'Acesso à Educação', 'Salas de Recursos Multifuncionais', 'Escola Acessível', 'Transporte Escolar Acessível', 'Programa de Capacitação Técnica', and 'Acessibilidade na Educação Superior - Incluir'.

Observatório do Viver sem Li... +

www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio

BRASIL Acesso à informação

Participe Serviços Legislação Canais

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

## Observatório do Programa

Pesquisar neste portal

BALANÇO PROGRAMA AÇÕES POR MUNICÍPIO SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Facebook Twitter YouTube

Ouvidoria - Disque Direitos Humanos Contato

Página Inicial > Menu > Pessoa com Deficiência > Observatório do Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência

### Observatório do Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência

#### Acesso à Educação

Ações para garantir às pessoas com deficiência o direito ao acesso à educação com igualdade de oportunidades.

##### Salas de Recursos Multifuncionais

SRM

Salas com equipamentos específicos para ofertar o Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência, matriculados em escolas públicas

##### Escola Acessível

ESCOLA

Permite disponibilizar recursos financeiros por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola.

##### Transporte Escolar Acessível

Ação que visa disponibilizar o deslocamento com acessibilidade a estudantes com deficiência à escola.

Acesso à Educação

- Salas de Recursos Multifuncionais
- Escola Acessível
- Transporte Escolar Acessível
- Programa de Capacitação Técnica
- Acessibilidade na Educação Superior - Incluir

## Instrumentos e mecanismos de gestão da informação

O Governo Federal vem valorizando o acesso à informação pública por meio de uma nova legislação: a Lei de Acesso a Informação (LAI) (Lei nº 12.527), sancionada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff. Essa lei promove a transparência e o controle social sobre a administração pública.

O Viver sem Limite desenvolveu uma ferramenta de gestão da informação que auxilia no acompanhamento e na transparência

do plano: o Observatório do Viver sem Limite. Disponível para o público na internet [www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio](http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio), ele permite um acesso fácil aos resultados de todas as ações. Segundo a subchefe-adjunta de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Maria do Socorro Mendes Gomes, a ferramenta “apresenta à população o conjunto das ações que vêm sendo desenvolvidas, incluindo os endereços onde é

possível encontrar esses serviços. Ou seja, além da transparência, o observatório tem o caráter de utilidade pública”.

A localização dos equipamentos públicos vinculados ao Viver sem Limite também pode ser obtida por meio do Sistema de Monitoramento da Presidência da República (SIM/PR), no endereço: <https://monitoramento.presidencia.gov.br/observatorio/observatorio/web/observatorio/viversem limite/mapa>.

No site do Observatório é possível, ainda, consultar balanços do plano. Há um *campo* que permite a pesquisa das ações desenvolvidas discriminadas por municípios.

O site da Secretaria de Direitos Humanos – SDH disponibiliza

grande volume de informação sobre seu funcionamento, inclusive: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); convênios firmados; despesas; diárias e passagens; licitações; contratos; pregões; quadro de servidores; lista de perguntas frequentes; lista de conselhos, comitês e comissões de participação social; agenda da ministra e dos secretários.

Informações específicas sobre a temática da deficiência podem ser encontradas na página da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD, da SDH, no endereço [www.pessoacomdeficiencia.gov.br](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br). Com diversos recursos de acessibilidade, o site reúne notícias sobre editais públicos, atuação da

secretaria, além de informações sobre o Viver sem Limite.

As ações do plano também foram divulgadas por meio das redes sociais e de duas cartilhas publicadas pela SDH/PR em 2012 e 2013, que tinham como objetivo a difusão de cada uma das ações e do modo como gestores e cidadãos poderiam ter acesso a elas. A cartilha da SDH/PR de 2013 e as cartilhas do Ministério da Saúde que contêm as diretrizes de saúde e atenção para com as pessoas com deficiência podem ser consultadas em: [www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viversem limite/cartilha](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viversem limite/cartilha).



## Disque Direitos Humanos

A SDH/PR disponibiliza ainda o Disque Direitos Humanos –

Disque 100 –, que recebe, analisa, encaminha e monitora denúncias e reclamações sobre violações dos direitos humanos. O serviço atua em todo o Brasil, na resolução de conflitos e reforçando a ação dos defensores de direitos humanos. Também realiza um trabalho articulado com o Ministério Público, órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo, Executivo Federal e dos demais entes federados, e com organizações da sociedade civil.

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é quem coordena o Disque 100. O serviço funciona 24 horas, nos sete dias da semana, e a ligação é gratuita, podendo ser feita de qualquer telefone fixo ou celular. Quem faz a denúncia não precisa se identificar.



“

*O êxito do plano estimulou outros órgãos a criarem ações que complementam o rol de políticas previstas inicialmente”*



Parte 4

**Outras Ações e  
Políticas Públicas**

Viver sem limite

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CONFERÊNCIA

dos D

Pess

Defic



## Ações complementares do Governo Federal pelos direitos das pessoas com deficiência

**D**esde o princípio, o Plano Viver sem Limite conseguiu abarcar um grande número de políticas públicas. De forma inovadora, 15 ministérios trabalharam em conjunto para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência. O volume de recursos destinados também foi inédito. O êxito do plano estimulou outros ministérios e órgãos a criarem ações que complementam o rol de

políticas previstas inicialmente, e mesmo os ministérios integrantes do plano implementaram novas ações além das já identificadas no monitoramento.

Todo esse movimento tem resultado em uma política efetiva, que embasa potenciais edições futuras de planos nacionais, destinados a garantir dignidade, autonomia e igualdade de oportunidade às pessoas com deficiência.

Este capítulo identifica algumas das ações que foram induzidas a partir do plano, de acordo com o órgão responsável.



## **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)**

Destaque para as Centrais de Interpretação de Libras (CIL), criadas paralelamente ao Viver sem Limite. O objetivo das CILs é garantir atendimento de qualidade a pessoas com deficiência auditiva por meio de serviços de tradução e interpretação na Língua Brasileira de Sinais – Libras, além de facilitar o acesso a serviços públicos, superando as barreiras comunicacionais e promovendo a

inclusão. A secretaria entregou 44 centrais para 24 estados e o Distrito Federal até o final de 2014.

As CILs contam com computadores, serviço de comunicação por imagem e som, equipamento de telefonia e veículo para atendimento *in loco*. Entre os serviços está o atendimento virtual. Por meio de um *chat* de comunicação, o intérprete se comunica à distância com a pessoa surda e também agenda consultas médicas, atendimento jurídico e outros serviços. Cada central conta com intérpretes de Libras. Se uma pessoa surda precisa ir a um médico da rede pública, por exemplo, a CIL marca a consulta e, no dia, o intérprete também vai ao consultório para auxiliar na comunicação entre médico e paciente.

O serviço é prestado de forma presencial – após agendamento prévio –, ou virtual. As demandas podem ser recebidas por e-mail, redes sociais ou com a utilização da Libras via webcams.

Outra ação importante da SNPD/SDH/PR, que não estava prevista no plano original, foi o apoio aos conselhos estaduais e municipais de direitos das pessoas com deficiência. Quando o Viver sem Limite começou, em 2011, existiam 280 conselhos. Em 2014, esse número já havia passado para 580. Cerca de 40 conselhos foram montados com a ajuda da SDH, recebendo verba para equipamentos e capacitação, e centenas tiveram sua criação induzida a partir da adesão municipal ao Viver sem Limite.



## Ministério do Turismo

Em 2012, o Ministério do Turismo lançou o Programa Turismo Acessível, composto por um conjunto de ações que visam a incentivar a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística. Isso permite que elas utilizem serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

Segundo o coordenador-geral de Segmentação do Ministério do Turismo, Wilken Souto, “o ministério já vinha atuando em acessibilidade no turismo. Desde 2003, na sua criação, foram desenvolvidos projetos-piloto no município de Socorro (SP), que hoje é nosso

destino de referência para pessoas com deficiência. Socorro foi o laboratório para convergir ações que eram separadas em vários departamentos do ministério. Em novembro de 2012, decidimos unificar todas essas iniciativas no Programa Turismo Acessível”, conta.

O ministério também realizou, em junho de 2014, uma campanha nacional de sensibilização do setor turístico, cujo objetivo era mostrar aos empresários a importância de se qualificarem para receber esse público. Afinal, o turista com deficiência pode gerar renda para o setor, além de oferecer a vantagem de, geralmente, viajar acompanhado.

Como preparativo para a Copa do Mundo, o ministério realizou uma

pesquisa, em parceria com o IBGE, nas 12 cidades-sede do evento, destinada a levantar a quantidade disponível de quartos de hotéis acessíveis. Essa pesquisa apurou que, de todos os quartos existentes nas cidades e em seus entornos, apenas 1,4% das acomodações eram acessíveis. A expectativa é de que o número tenha subido para 5% por conta das exigências apresentadas pelas linhas de financiamento de bancos públicos, que incentivaram a construção de novos hotéis nessas cidades. Em 2015 será feito um novo levantamento para identificar os dados com maior precisão.

Com o objetivo de receber melhor os turistas nas cidades que sediaram jogos da Copa, foram repassadas verbas destinadas a projetos arquitetônicos e a

financiamentos de mais de 100 obras de acessibilidade nos principais pontos turísticos.

O ministério também realizou esforços para aprimorar a apresentação de informações sobre a acessibilidade de empreendimentos e atrativos turísticos no Brasil. Pesquisas realizadas pelo ministério junto ao público com deficiência demonstraram que uma das maiores dificuldades era o planejamento da viagem, por conta dos obstáculos para encontrar informações corretas sobre a acessibilidade dos empreendimentos.

Muitas vezes o hotel garantia ser acessível, o que não era verdade. Para diminuir essa barreira, o ministério implantou,

por meio de um portal eletrônico, um guia de turismo acessível colaborativo, disponível em [www.turismoacessivel.gov.br](http://www.turismoacessivel.gov.br). Também foi desenvolvido um aplicativo para celulares, que será lançado até o final de 2014.

Esses canais, criados segundo o modelo de redes, como Foursquare e TripAdvisor, permitem que a pessoa com deficiência avalie e recomende empreendimentos no que se refere à acessibilidade. O site também ajuda na sensibilização dos empresários, já que estabelecimentos mal avaliados recebem orientações do ministério, que auxiliam na melhora da acessibilidade. Até o começo de outubro de 2014, o site já havia superado 325 mil acessos.



## Ministério do Esporte

A implantação do Viver sem Limite permitiu que o Ministério do Esporte conseguisse muito mais apoio e investimentos para a promoção de atletas paraolímpicos. Após obter o 7º sétimo lugar nos Jogos de Londres, em 2012, o objetivo definido foi alcançar uma colocação ainda melhor no quadro de medalhas dos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Para atingir essa meta, o Ministério do Esporte, por meio de um convênio firmado com o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), aumentou o repasse de verbas para R\$ 39,4 milhões, o maior da história. O objetivo é investir em treinamento de alto nível e na

preparação das seleções para os Jogos da Rio 2016.

Nos últimos anos, o investimento no esporte paraolímpico passou a fazer parte do planejamento do Governo Federal. Já está em construção, em São Paulo (SP), o Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, que será o mais importante do Brasil e da América Latina – e um dos melhores do mundo –, abrigando 15 modalidades paraolímpicas. Criado por meio de parceria dos governos estadual e federal, ele será também um centro de pesquisa em diversas áreas científicas e tecnológicas associadas ao esporte para pessoas com deficiência. O total do investimento previsto é R\$ 264 milhões para a obra e R\$ 24 milhões em equipamentos. Além desse

investimento em infraestrutura, em 2014, o programa Bolsa-Atleta, do Ministério do Esporte, beneficiou 1.386 atletas paraolímpicos com bolsas de R\$ 3.100 cada.



## **Ministério do Trabalho e Emprego**

O Ministério do Trabalho e Emprego coordena o Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Governo Federal, que é o grande intermediador público e gratuito de contratação de mão-de-obra. A coordenação do sistema é federal, enquanto a execução é pactuada com os estados. Existe a possibilidade de as empresas destinarem vagas para pessoas com deficiência, sendo que os

Sines fazem a intermediação entre as pessoas com deficiência e os empresários, cruzando os currículos disponíveis no Portal Mais Emprego com as vagas disponíveis. Caso o posto de trabalho não seja preenchido por falta de capacitação, o Sine encaminha a pessoa a um curso de qualificação profissional.

Segundo a auditora fiscal do Trabalho responsável nacional pelo Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti, “no Sine, 11.304 empresas de todo o Brasil disponibilizam vagas a pessoas com deficiência. Um total de 123.975 trabalhadores com deficiência têm currículos cadastrados no sistema. Desde 2011, o trabalho já resultou na contratação de 57.692 pessoas”.

Para impulsionar essa ação, o ministério também realiza em vários estados brasileiros o “Dia D” de Inclusão Social e Profissional das Pessoas com Deficiência e dos Beneficiários Reabilitados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A iniciativa tem a participação das Superintendências Regionais do Trabalho, do Sine e dos vários parceiros nos estados e municípios, visando a dinamizar a inclusão social e profissional das pessoas com deficiência.

O Dia D reúne em um mesmo espaço empresas e trabalhadores candidatos a uma oportunidade de emprego, promovendo a articulação de parceiros, tanto em nível federal quanto local, com a finalidade de ofertar oportunidades de trabalho ao público com deficiência ou

ao cidadão que tenha cumprido o Programa de Reabilitação Profissional pelo INSS.

O Dia D nacional realizado em abril de 2014 chegou a 13 capitais, 15 municípios de médio porte e cerca de 100 cidades do interior. Ainda de acordo com Fernanda Di Cavalcanti, “foram apresentadas oito mil vagas; quatro mil pessoas com deficiência ou reabilitadas fizeram seus cadastros e cerca de três mil foram encaminhadas para seleção”.

Nos últimos anos, o Ministério do Trabalho e Emprego vem aumentando o número de fiscalizações sobre o cumprimento das cotas de trabalhadores com deficiência. Em consequência, cresceu o número de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho por

conta da ação direta da fiscalização. Em 2003 foram emitidas 100 autuações para empresas que não cumpriram a legislação. Já em 2012, o número era de 2.503. Em 2005, houve 12 pessoas com deficiência inseridas por conta da ação da fiscalização; em 2013, o número saltou para 40 mil. Em 2013, foram 14 mil empresas fiscalizadas. A partir de 2014, as empresas autuadas passaram a correr o risco de receber multas que variam de R\$ 1.812 a R\$ 181.284, aplicadas conforme o porte da empresa e o número de vagas não ocupadas.



## **Ministério da Previdência**

Em 2013, a presidenta da República assinou a Lei Complementar 142, que

regulamenta a aposentadoria especial para pessoas com deficiência, seguradas pelo INSS. Essa lei veio reparar os danos sofridos ao longo da vida laboral, seja pela discriminação, falta de acessibilidade ou de apoios necessários ao exercício da função em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

A lei determina que as pessoas com deficiência tenham suas funcionalidades classificadas de acordo com o ambiente onde vivem e trabalham. O instrumento usado para auxiliar nessa classificação é o Índice de Funcionalidade Brasileira Aplicado para Fins de Aposentadoria (IFBrA). Uma pessoa com deficiência considerada grave, por exemplo, pode se aposentar com dez anos de antecedência. Aquele com

deficiência moderada, com cinco anos, e com deficiência leve, com dois anos. As regras valem para ambos os sexos, de modo que há possibilidade de um homem com deficiência grave se aposentar com 25 anos de contribuição e uma mulher, com 20 anos.

Segundo o diretor de Saúde do Trabalhador do INSS, Sérgio Carneiro, “essa ação é nova. Não existe em lugar nenhum do mundo outro parâmetro para avaliar a funcionalidade de pessoas com deficiência que estão ativas no mercado”.

Antes da lei, a classificação era feita por um médico e só levava em consideração o aspecto orgânico da pessoa e seu estado de saúde. Hoje, a Previdência considera o

parecer do médico e do assistente social, que avaliam a deficiência de acordo com os ambientes que a pessoa frequenta e as barreiras neles encontradas.



## **Secretaria-Geral da Presidência**

O órgão criou o seu próprio programa de inclusão por meio de uma chamada pública para que servidores concursados e estagiários com deficiência de outros ministérios pudessem trabalhar na Presidência da República. Foi um meio encontrado para dar maior visibilidade à questão da inclusão nos espaços governamentais. Hoje, já há pessoas com deficiência exercendo funções não só no

Viver sem limite  
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Garantia e ampliação  
de  
com  
pesso



*A presidenta Dilma assina decreto regulamentador da Aposentadoria das Pessoas com Deficiência em 2013*

Palácio do Planalto, como em outros órgãos da Presidência. Também foram tomadas medidas que facilitam a acessibilidade no Palácio: aquisição de veículos acessíveis, reforma de banheiros e instalação de elevadores nos edifícios anexos.



## **Acessibilidade**

Embora não diretamente envolvidos com o Viver sem Limite, nos últimos anos, alguns ministérios e autarquias começaram a executar ações voltadas à acessibilidade das pessoas com deficiência. Os ministérios da Cultura e de Relações Exteriores, por exemplo, criaram grupos de trabalho referentes ao assunto; o Programa de Governo Eletrônico do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão atualizou normas de acessibilidade das páginas eletrônicas federais, aproximando ainda mais o eMAG dos parâmetros WCAG internacionais. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) desenvolveram resoluções sobre o tema; e a Infraero desenvolveu um sistema que facilita o embarque e desembarque de passageiros nas aeronaves.



## **Ministério da Cultura**

Sob a coordenação do Ministério da Cultura, foi criado um grupo de trabalho interministerial voltado para as discussões relacionadas

à área de acessibilidade cultural. Fazem parte desse espaço de discussão a SDH/PR, o Ministério da Cultura e seus órgãos vinculados: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC); Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic); Secretaria do Audiovisual (SAv); Biblioteca Nacional; Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Fundação Nacional de Artes (Funarte); Agência Nacional do Cinema (Ancine) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

De acordo com o coordenador-geral de Acessibilidade da SDH/PR, Sérgio Nascimento, esse grupo “discute temas de acessibilidade na tentativa de transformá-los numa política de acessibilidade cultural

de todo o ministério. Atualmente, essas ações já existem, mas estão pulverizadas. O objetivo é reverter esse quadro, dando mais organicidade às ações. Além disso, foi solicitado aos membros do grupo que propusessem formas de monitoramento da meta 29 do Plano Nacional de Cultura. Essa meta estabelece que, até 2020, todos os equipamentos culturais atendam às normas sobre acessibilidade. Dessa forma, outro objetivo do grupo é contribuir para que haja meios para alcançar a meta 29”, diz.

O Ministério da Cultura também desenvolveu ações relacionadas à acessibilidade. Uma iniciativa importante foi o acordo sobre o Tratado de Marrakech, que permite

que obras em Braille, Daisy ou áudio book possam ser distribuídas e publicadas sem a autorização do titular dos direitos autorais. Antes do tratado, o acesso de pessoas com deficiência visual às obras disponibilizadas nesses formatos era prejudicado exatamente por conta de questões ligadas a direitos autorais. O tratado foi discutido na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e define que os direitos autorais não são violados nesses casos de reprodução do conteúdo.

A Ancine está trabalhando numa minuta de resolução, voltada ao tema da acessibilidade, referente à implementação da audiodescrição e da legenda descritiva em todos os projetos audiovisuais apoiados com recursos da agência. Dessa forma,

qualquer filme, seja para cinema ou televisão, deverá ser produzido desde o início com esses recursos de acessibilidade. A agência também estuda uma maneira de fazer com que os distribuidores de filmes e os cinemas estejam preparados para garantir o uso desses recursos.

A Biblioteca Nacional desenvolveu um projeto-piloto sobre bibliotecas acessíveis, agora sob responsabilidade da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura. Nesse projeto, dez bibliotecas públicas, duas por região do país, estão sendo transformadas em bibliotecas modelo no tocante à acessibilidade. A ideia é difundir o modelo para todas as bibliotecas públicas do Brasil,

alcançando até 2020 a meta 29, descrita anteriormente.

Por fim, na Secretaria do Audiovisual, um acervo de filmes nacionais que compõe a Programadora Brasil está recebendo legendas descritivas e audiodescrição.



## Transporte terrestre

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estabeleceu, por meio da Resolução nº 3.871/2012, os procedimentos para assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida que utilizam o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

A norma prevê que a agência pode multar ou até cancelar a autorização de funcionamento da empresa se algum veículo não garantir as condições de acessibilidade exigidas.

De acordo com as novas regras, todos os terminais devem apresentar informações essenciais por meio de dispositivos sonoros, táteis e visuais, assim como formas de atendimento preferencial e de compra do bilhete, tecnologia assistiva para o transporte de passageiros (cadeira de rodas, muletas, andador) e de bagagem, auxílio para embarque e desembarque, acesso de cão-guia e procedimentos de emergência.

Os ônibus deverão estar adaptados para embarque e desembarque de passageiros com

deficiência. Já os veículos que fazem percursos longos devem reservar pelo menos dois assentos para pessoas com deficiência; nos ônibus semiurbanos, a reserva deve ser de 10% dos assentos.

Buscando melhorar a qualidade de vida da população com deficiência, o Governo Federal está investindo R\$ 143 bilhões em mobilidade urbana, para aprimorar as condições do transporte público e reduzir a duração dos deslocamentos diários. Esses investimentos possibilitarão a ampliação e construção de nove metrô, 14 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), 180 Bus Rapid Transit (BRTs) e corredores de ônibus exclusivos nas principais cidades do Brasil. Segundo o previsto, serão criados 4.033 km de novas vias entre

transporte sobre trilhos e pneus, fluvial e acessos viários.



## Governo Eletrônico

O Programa de Governo Eletrônico funciona no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ele permitiu um grande avanço na elaboração de websites governamentais acessíveis. Em setembro de 2014, foi lançado o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico eMAG (versão 3.1), que consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sites e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e com implementação fácil.

Há, ainda, outros projetos para garantir a implantação do eMAG. É o caso do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES), que analisa e valida a acessibilidade de páginas da internet. O ASES faz uma avaliação online automática, que atesta se o portal está seguindo os parâmetros do modelo de acessibilidade. O avaliador também dá nota para a página analisada, no tocante à acessibilidade. Caso o site seja mal avaliado, ele indica automaticamente as alterações necessárias para facilitar o acesso.

O ministério oferece cursos de acessibilidade virtual, disponíveis no endereço:

[www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/cursos-e-mag](http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG/cursos-e-mag). Esses cursos visam

à capacitação de profissionais em desenvolvimento, manutenção, adequação e alimentação de portais e sítios eletrônicos da administração pública, de acordo com as orientações eMAG (versão 3.1).

Segundo o analista em Tecnologia da Informação do Departamento de Governo Eletrônico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/Ministério do Planejamento, César Bomfim, “no campo da acessibilidade, o grande projeto do Governo Eletrônico para 2015 é a criação de um conjunto de ferramentas que fazem a tradução de conteúdos digitais para sinais em Libras. Isso incluiria vídeos, áudios e textos”, conta. O maior diferencial dessa ferramenta,

quando comparada com as similares do mercado, é que ela terá código aberto, desenvolvimento colaborativo e poderá interpretar e produzir os sinais em libras a partir de qualquer conteúdo digital.

A agência já realizou uma consulta pública para coletar impressões de pessoas com deficiência, empresas de telecomunicações e da sociedade em geral sobre os desafios que precisam ser enfrentados pelo Regulamento Geral.

••••••••

## Anatel

Em 2013, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizou internamente um ciclo de palestras sobre o tema da

acessibilidade. Essas discussões precederam o processo de elaboração do Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, cujo objetivo é compilar todos os dispositivos voltados para a acessibilidade que estão espalhados em outros regulamentos da agência. O passo seguinte será atualizá-los conforme as propostas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

O objetivo do regulamento é impactar a vida das pessoas com deficiência no tocante à acessibilidade nos serviços de telecomunicações (telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga fixa ou móvel e TV por assinatura), que devem conter funcionalidades e/ou

facilidades para permitir o acesso a serviços de telecomunicações. Dessa forma, pretende-se repensar um amplo conjunto de temas, como a acessibilidade nas lojas e nos websites de atendimento ao consumidor com deficiência; a disponibilização de telefones de uso público adaptados; os incentivos para a aquisição de equipamentos de telecomunicações; a evolução das Centrais de Intermediação de Comunicação Telefônica para Centrais de Intermediação de Comunicação, entre outros.



## **ANAC e Infraero**

Por meio da Resolução nº 280/2013, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) modificou

as regras sobre o acesso ao transporte aéreo de Passageiros com Necessidade de Assistência Especial (PNAE). O novo regulamento tem como objetivo melhorar a qualidade do atendimento prestado aos passageiros com deficiência, superando as barreiras físicas existentes. Uma das principais mudanças é transferir das companhias aéreas para o operador aeroportuário a responsabilidade pelo fornecimento de mecanismos adequados ao embarque ou desembarque de PNAE, o que pode ser feito com equipamento de ascenso ou descenso. De acordo com a nova norma, o aeroporto tem que prover o equipamento, mas a realização do embarque e do desembarque continua sendo de responsabilidade das companhias



*Embarque acessível realizado em Palmas (TO)*

aéreas, que podem utilizar os equipamentos disponíveis no aeroporto ou equipamentos próprios.

A Infraero também desenvolveu o sistema ELO, que consiste em um conjunto de módulos conectores climatizados, projetado para fazer a interligação, no nível do solo, entre salas de embarque/desembarque e aeronaves, permitindo que os passageiros, inclusive as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transitem com conforto, segurança e acessibilidade, ao entrar ou sair das aeronaves.

Segundo a coordenadora de Procedimentos de Facilitação da Superintendência de Gestão Operacional da Infraero, Bruna Pacheco Cardoso, “o passageiro que necessita de assistência

especial tem disponível um elevador ao lado da escada que dá acesso à aeronave. Os demais passageiros utilizam uma ampla escada de acesso. Em outras palavras, o sistema tem módulos com elevador e escada, instalados ao final de cada corredor e que são acoplados diretamente à aeronave. Ambos os acessos são internos ao Sistema ELO, que é totalmente climatizado e seguro”, conta.

Além da ligação direta entre terminal de passageiros e aeronave, o ELO representa uma solução para prover o embarque acessível, permitindo que a Infraero cumpra as exigências legais. No ELO não há segregação do passageiro com deficiência e/ou mobilidade reduzida no embarque e/ou

desembarque. Todos os passageiros podem entrar na aeronave da mesma forma.

Foram investidos R\$ 15 milhões no sistema até o final de 2014. O ELO já está em operação em

capitais como Palmas (TO) e Porto Alegre (RS), e logo serão contemplados os demais aeroportos administrados pela Infraero que não contam com pontes de embarque e onde a instalação ELO seja possível.





# Conquistas para o presente, legado para o futuro

O impacto do Viver sem Limite sobre todos os entes da Federação tem sido muito superior ao esperado. A começar pelo fato de inúmeros estados e municípios criarem suas versões locais do plano, incrementando as iniciativas propostas e desenvolvendo outras novas. Esse é um indicador concreto da eficácia das medidas elaboradas.

Outro indicador muito positivo é que o Viver sem Limite em nenhum

momento enfrentou resistências ou obstáculos políticos; ao contrário, ele foi abraçado pelo Poder Público e pela sociedade, em todos os níveis e em todo o país.

O plano gerou tamanha “oxigenação” nas políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência que passou a influenciar Pastas que não estavam presentes no início. Estimulados pelas mudanças alcançadas, outros ministérios começaram

a idealizar novas ações, a partir das experiências do plano. Essa externalidade positiva do Viver sem Limite continua fomentando diferentes áreas do Poder Público a trocar ideias e experiências, tudo em favor da promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Centenas de cidades aderiram ao plano, mas, mesmo com a proximidade de sua conclusão, representantes de inúmeros municípios continuaram a procurar a SDH/PR para conhecê-lo e, eventualmente, aderir à iniciativa.

Outro sinal claro da mobilização da sociedade em torno do Viver sem Limite foi a multiplicação por dois do número de conselhos locais voltados para as pessoas com deficiência.

É inegável que o plano mudou a maneira como se concebem as políticas públicas voltadas para a população com deficiência. Os novos governos estaduais, eleitos em 2014, já contarão com um marco sólido para seguir nesse caminho. A partir dessa referência, serão construídas ações em todos os estados da Federação. Essa resiliência dos ideais do plano também está garantida pelo fato de que, no âmbito do Viver sem Limite, foram afirmados os direitos das pessoas com deficiência; e não favores concedidos pela boa fé dos governantes.

Nossa expectativa é que a relação entre esse segmento da população e o Estado brasileiro tenha sido alterada de forma

indelével. O ideal é que tenhamos chegado ao fim da relação assistencialista que governos – em todos os níveis – mantiveram com as pessoas com deficiência. E que essa parcela da população esteja passando a ser vista como sujeito: de direitos e deveres.

É importante frisar que o Viver sem Limite não partiu do zero para inventar tudo novo, mas investiu na disseminação da atenção às pessoas com deficiência com um amplo conjunto de políticas públicas federais e, também, na pactuação com estados e municípios, desenvolvida dentro de mesas de

negociação que já existiam, o que é altamente proveitoso.

As ações desenvolvidas também têm o mérito de alcançar todas as regiões e praticamente todos os municípios brasileiros. Ao percorrer o país, dificilmente se encontrará uma cidade que não tenha sido beneficiada com um ônibus escolar ou uma escola acessível garantida com recursos do plano. Essa preocupação de alcançar todos os brasileiros, sem exceção, é o grande legado do Viver sem Limite. Um legado que, esperamos, veio para ficar; agora é patrimônio de todo o povo brasileiro.

**DISQUE  
DIREITOS  
HUMANOS**   
**100**

## **OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**

O Disque Direitos Humanos - Disque 100 - recebe, analisa, encaminha e monitora denúncias e reclamações sobre violações de Direitos Humanos.

O serviço atua em todo o Brasil, na resolução de conflitos e reforçando a atuação dos defensores de Direitos Humanos. Também realiza um trabalho articulado com o Ministério Público, órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo federal e dos demais entes federados, e com organizações da sociedade civil.

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é quem coordena o Disque 100. O serviço funciona 24 horas, nos sete dias da semana, e a ligação é gratuita, podendo ser feita de qualquer telefone fixo ou celular. Quem faz a denúncia não precisa se identificar.









Organização  
dos Estados  
Ibero-americanos

Para a Educação,  
a Ciência  
e a Cultura

Secretaria de  
**Direitos Humanos**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA